



20 DE JUNHO DE 2017

Terça-feira

- PARCELA DE EMPRESÁRIOS QUE CONSIDERAM ESTOQUES ADEQUADOS CRESCE EM JUNHO
- LÍDERES DE DADOS JÁ ASSUMEM PAPEL ESTRATÉGICO NAS EMPRESAS
- CRISE ATRASA A VOLTA DO INVESTIMENTO, AFIRMA WERLANG
- A HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL EM UM SÓ GRÁFICO
- REFORMAS SÃO NECESSÁRIAS. MAS COM ESSES POLÍTICOS?
- ARTIGO: PRECISAMOS DE ALTA DOSE DE PERSPECTIVA PAULISTA PARA O BRASIL VOLTAR A CRESCER
- ACÇÕES MOVIDAS POR LESADOS POR CARTÉIS CRESCEM E CRIAM CONFLITO COM LENIÊNCIA
- EMPATIA, FLEXIBILIDADE, TRABALHO EM EQUIPE: PESQUISADOR DE HARVARD EXPLICA POR QUE HABILIDADES SOCIAIS GANHAM FORÇA NO MERCADO
- ARTIGO: BRASIL: CAMPEÃO DE ACÇÕES TRABALHISTAS
- COMISSÃO SUSPENDE PORTARIA QUE DEFINE CATEGORIA DIFERENCIADA DE TRABALHADORES QUE MOVIMENTAM CARGAS
- REFORMA TRABALHISTA É REJEITADA EM 2ª COMISSÃO DO SENADO
- PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA AFIRMAM QUE NÃO HÁ APOIO DA OIT À REFORMA TRABALHISTA
- AGENDA DE REFORMAS PARECE ESTAR 'PRESERVADA', DIZ ARTHUR MAIA
- RELATOR DIZ QUE HÁ POSSIBILIDADE DE 'EVENTUAL MUDANÇA' EM REFORMA EM PLENÁRIO
- PARA RELATOR, É DIFÍCIL VOTAR A REFORMA ANTES DE EVENTUAL DENÚNCIA CONTRA TEMER
- TEMPO MILITA CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA, DIZ RELATOR
- RETOMADA DA ECONOMIA PODE SER MAIS (OU MENOS) DEMORADA QUE A ANTECIPADA, DIZ ILAN
- BNDES APROVA EMPRÉSTIMOS DE R\$ 1 BI PARA 3 COMPLEXOS DE ENERGIA EÓLICA

- INDICADOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA CRESCE 0,2% EM ABRIL ANTE MARÇO, DIZ SERASA
- COPOM ENTENDEU QUE REDUÇÃO MODERADA DE RITMO DEVE SE MOSTRAR ADEQUADA, DIZ ILAN
- SELIC ESTÁ EM QUEDA EM FACE DE EXPECTATIVA ANCORADA E INFLAÇÃO EM BAIXA, DIZ ILAN
- FGV: IPC-S DA 2ª QUADRISSEMANA DE JUNHO CAI EM TODAS AS 7 CAPITALS ANALISADAS
- VOLATILIDADE CAMBIAL IMPACTARÁ POUCO BALANÇA COMERCIAL DO PAÍS NESTE ANO
- DEFINIÇÃO DE REGRAS PARA CONCESSÕES E PRIVATIZAÇÕES ESTÁ AVANÇANDO, DIZ MEIRELLES
- MEI PODERÁ PARCELAR DÉBITOS EM ATÉ 120 PARCELAS
- TARIFA NA AUTOPRODUÇÃO SUSCITA DEBATE ACALORADO
- CARRO AUTÔNOMO ESTIMULA NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS
- ETANOL APRESENTA MAIOR COMPETITIVIDADE DESDE SETEMBRO DE 2016
- AÇÃO DA FABRICANTE DE AIRBAGS TAKATA VOLTA A DESABAR NA BOLSA DE TÓQUIO
- BOSCH INVESTE € 1 BILHÃO EM NOVA FÁBRICA DE SEMICONDUTORES
- EMPRESAS DE AUTOPEÇAS BUSCAM MERCADO DOS EUA
- MAN PASSA A OFERECER LEASING OPERACIONAL PARA LINHA VW
- GOVERNO DEVE ELIMINAR DESONERAÇÃO NAS COMPRAS DE AUTOPEÇAS
- METALÚRGICOS DA GM APROVAM ACORDO DE PLR
- VOLKS VAI PRODUZIR NOVO POLO NA PLANTA DE SÃO BERNARDO
- TRUMPF LEVA À FEIMAFE SEU CONCEITO DE FÁBRICA INTELIGENTE – O FUTURO DA INDÚSTRIA CADA DIA MAIS PERTO DA REALIDADE

CÂMBIO		
EM 20/06/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,337	3,338
Euro	3,712	3,713

Fonte: BACEN

Parcela de empresários que consideram estoques adequados cresce em junho

20/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O número de empresários varejistas que consideram o nível de seus estoques adequados subiu para 54,2% em junho, de 52,7% em maio, informou a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Essa é a segunda alta mensal consecutiva e o melhor resultado desde 2015 (57,9%). Mas a instituição destaca que essa parcela ainda é inferior ao histórico anterior a 2015, quando essa parcela rondava os 60%. Frente a junho de 2016, o aumento foi de 7,3 pontos percentuais.

Assim, o Índice de Adequação de Estoques subiu 2,7% em junho em relação a maio. Mas a instituição destaca que o avanço no mês não é tão animador, pois foi impulsionada pelo maior número de comerciantes que consideraram que o nível de seus estoques está abaixo do adequado, enquanto houve estabilidade (0,1%) de avaliações de estoques acima do adequado.

"A proporção de empresários com excesso de produtos nas prateleiras tem se mantido um pouco acima do esperado e, com o ritmo da recuperação muito lento, dificilmente haverá alterações significativas no curto prazo", afirmou a assessoria econômica da FecomercioSP em nota. A entidade pondera que os estoques continuam em patamares melhores do que no passado recente, mas aquém do desejável para uma economia em sua plenitude, algo que, segundo a FecomercioSP, ainda não ocorreu.

Ainda segundo a assessoria econômica da instituição, a economia dá sinais de recuperação, o que dá fôlego aos empresários, mas, por outro lado, os prognósticos pioraram nas últimas semanas por causa da crise política. Com isso, a Federação projeta que o ajuste de estoques também tende a andar um pouco para trás ou, no máximo, estabilizar-se, como visto neste mês. "De lá para cá, a situação melhorou, mas os resquícios, ainda trazem incertezas", disse em nota.

Líderes de dados já assumem papel estratégico nas empresas

20/06/2017 – Fonte: GS Notícias

Com a explosão dos dados, a popularidade do papel de Chief Data Officer (CDO) está crescendo, e isso pode fazer com que as empresas usem esse novo departamento para gerar diferentes soluções e fontes de receita. Aliás, a perspectiva é que o envolvimento destes profissionais na geração de recursos será cada vez maior.

"Os escritórios do CDO estão se estabelecendo como uma área operacional própria, com equipe, orçamento e responsabilidades. Mais da metade das empresas que entrevistamos disse ter um escritório para essa área pronto ou em estágio de desenvolvimento", relata a vice-presidente e Fellow do Gartner, Debra Logan.

Outras 20%, comenta, já estão explorando a ideia, planejam explorar ou implementar uma unidade até 2018. Apenas 19% dos entrevistados disseram que isso não está em seus planos. Esse será um dos temas da Conferência Gartner Data & Analytics, que acontece hoje e amanhã em São Paulo.

O Chief Data Officer é um cargo novo e, por isso, o seu papel ainda está sendo definido. As empresas mais desenvolvidas devem ser as primeiras a ter esse profissional, mas 62% dos entrevistados classificaram a maturidade do escritório do CDO como apenas funcional. Os primeiros a adotar tendem a ser companhias maduras comprometidas com o uso de Data e Analytics para uma vantagem estratégica.

Debra diz que essa nova função ressurgiu de iniciativas voltadas para Data & Analytics malsucedidas ou esquecidas do passado. "Organizações que apresentam forte competência para a construção de novos dados e capacidade analítica poderão atingir níveis elevados de desenvolvimento no escritório do CDO", diz Debra.

As equipes do CDO são responsáveis por atingir diversos objetivos importantes para a empresa, como melhorar o relacionamento com o cliente e aumentar o diferencial competitivo e a eficiência. No que se refere aos negócios, o departamento é responsável pelas iniciativas de Analytics e governança de dados, além de definir a estratégia analítica da empresa e garantir que as informações sejam confiáveis e valiosas.

Crise atrasa a volta do investimento, afirma Werlang

20/06/2017 – Fonte: GS Notícias

Werlang, assessor da presidência da FGV: "O problema todo é que o investimento continua sem puxar a economia" Ao dificultar a aprovação da reforma da Previdência, a nova crise política afeta a queda do juro de longo prazo e retarda a recuperação do investimento, avalia Sergio Werlang, ex-diretor de Política Econômica do Banco Central (BC). "Eu acreditava que, com uma boa reforma da Previdência, a taxa poderia chegar a 4%. Acho que agora 5% já virou piso. É daí para cima, infelizmente", diz Werlang, referindo-se ao juro de longo prazo, descontada a inflação.

O resultado é um crescimento menor, observa ele. Se antes via a possibilidade de o Produto Interno Bruto (PIB) avançar de 2% a 2,5% no ano que vem, há uma possibilidade de um número abaixo de 2%. "Se a reforma da Previdência não for aprovada, esse número pode ser bem menor.

O problema todo é que o investimento continua sem puxar a economia. As pessoas estão com medo de investir", diz Werlang, hoje professor e assessor da presidência da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para 2017, existe a possibilidade de um número negativo, mas, se ocorrer, será algo próximo de zero, avalia ele. Werlang destaca que "investimentos em projetos de longo prazo exigem estabilidade, e estabilidade exige equilíbrio fiscal".

Sem mudanças no sistema de aposentadoria, o projeto que limita o crescimento dos gastos da União deixa de ser viável em poucos anos, segundo ele. Na visão de Werlang, o Comitê de Política Monetária (Copom) agiu bem ao manter o ritmo de corte de juros em um ponto percentual na reunião de maio, e em não acelerá-lo para 1,25 ponto. Para ele, há possivelmente espaço para mais duas reduções de 0,75 ponto percentual, o que levaria a Selic para 8,75% ao ano - hoje, a taxa está em 10,25%.

Com uma inflação de 4% para os 12 meses seguintes, o juro real ficaria na casa de 4,6%, pouco mais de um ponto percentual abaixo da taxa das NTN-Bs (títulos públicos corrigidos pelo IPCA) com vencimento em 2050, na casa de 5,7% ao ano. Com inflação abaixo da meta, o juro pode ficar por algum tempo abaixo da taxa de longo prazo (ou neutra, a que permite a economia crescer sem gerar pressões inflacionárias), diz Werlang, que não acredita haver terreno para a Selic recuar para a casa de 7% a 8%, como defendem alguns economistas.

"Diria que 8,75% já é um número forte." Cortes abaixo disso implicariam juro muito abaixo da taxa neutra. Um dos responsáveis pela implementação do regime de metas de inflação, em 1999, Werlang diz ser contra a redução do alvo a ser perseguido pelo BC em 2019, para 4,25% - segundo a jornalista Claudia Safatle, colunista e diretora adjunta de redação do Valor, o Conselho Monetário Nacional (CMN) tomará essa decisão na reunião do dia 29.

Para Werlang, o ideal é manter a meta em 4,5%, nível que vigora desde 2005. Ele considera esse número adequado para o Brasil, um país que tem muitas despesas fixas nominalmente, como o salário dos funcionários públicos. "Nós temos um problema fiscal enorme, que precisa ser resolvido. E esse problema fiscal enorme é resolvido mais facilmente com um pouquinho mais de inflação", diz ele. Com isso, é possível diminuir um pouco mais rapidamente em termos reais despesas como os salários dos servidores, segundo Werlang. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: O PIB do primeiro trimestre cresceu 1%, mas a expansão foi muito concentrada na agropecuária. O que o resultado diz sobre a economia brasileira?

Sergio Werlang: Já se esperava que o resultado mostrasse um número relativamente elevado e que seria muito concentrado na agropecuária. Um pouco da surpresa, para mim, é que houve crescimento também da indústria. Isso eu achei bom. É o que era esperado, e representa simplesmente o fato de que o Brasil de fato está começando a se recuperar.

Mas não era claro, mesmo se não tivessem ocorrido os eventos políticos recentes, que o segundo trimestre seria positivo. Poderia ser até ligeiramente negativo, mas isso não significaria que a recuperação não começou. No entanto, por causa dos problemas políticos, nós estamos com uma dificuldade muito grande de aprovação da principal reforma necessária, que é a da Previdência.

Acho até que a trabalhista vai passar, o que já será bom, mas a previdenciária é necessária para que a PEC do teto de gastos possa ser colocada para trabalhar de verdade daqui a uns três anos. Eu sei que é chover no molhado, mas é verdade. Não adianta inventar outra coisa, porque é isso o que está no cerne do problema.

Valor: Qual é o impacto do atraso em se aprovar a reforma da Previdência?

Werlang: Como a reforma da Previdência está demorando, os investimentos que estavam começando a ocorrer com mais rapidez, com mais vontade, vão esperar um pouco mais.

Investimentos em projetos de longo prazo exigem estabilidade, e estabilidade exige equilíbrio fiscal. Não é possível fazer investimentos de longo prazo numa economia em que a relação dívida/PIB não tem uma trajetória clara de pelo menos parar de crescer e, em algum momento, começar a voltar para o que era.

Valor: Quais devem ser outros efeitos do adiamento ou não aprovação da reforma da Previdência?

Werlang: Há vários impactos importantes.

O primeiro é que a taxa de juros de longo prazo não vai cair tanto quanto deveria cair. Vai continuar um juro real mais alto. Haverá maior necessidade de financiamento no futuro, maior necessidade de caixa do Tesouro no futuro e, portanto, juro maior do que seria necessário de outro modo. Nós estávamos com os juros das NTN-Bs chegando na faixa de 5%. Eu acreditava que, com uma boa reforma da Previdência, a taxa poderia chegar a 4%. Acho que agora 5% já virou piso. É daí para cima, infelizmente.

A NTN-B de 2050 está com juro por volta de 5,7%. Com isso, a taxa de juros não pode cair demais. Você pode até ter a Selic caindo um pouco mais agora, porque a inflação está muito baixa. Mas, no médio prazo, se continuar como está, vai ter que voltar a subir, porque a taxa de juros de longo prazo está nessa faixa de 5,7%. "Com uma boa reforma da Previdência, o juro real de longo prazo poderia chegar a 4%. Acho que 5% já virou piso"

Valor: A redução estrutural da taxa de longo prazo é prejudicada pelo adiamento ou pela não votação da reforma da Previdência. Werlang: Exatamente. Enquanto antes estava com cara de que essa taxa poderia cair para 4%, agora parece que não cai abaixo de 5%. Essa é a principal consequência. E isso quer dizer o quê?

Crescimento menor.

Valor: Muitos bancos e consultorias revisaram o PIB de 2017 e de 2018 para baixo. Podemos ter mais um ano de PIB negativo?

Werlang: Possível é, mas se for negativo será muito próximo do zero. Está dentro do erro de previsão do número. Se for negativo, o que acho que pode ocorrer, é como se fosse zero estatisticamente. Do mesmo modo, se for positivo, um crescimento de 0,3%, é zero estatisticamente.

Um número até 0,5% em 2017 é o que estava na minha cabeça no começo do ano. Mas, para 2018, já era bem mais, era algo como 2%, 2,5%, era um número bem mais forte. Se a reforma da Previdência não for aprovada, esse número pode ser bem menor.

O problema todo é que o investimento continua sem puxar a economia. As pessoas estão com medo de investir. As pessoas tendem a atrasar o investimento não apenas porque o juro real está mais alto, mas também porque há mais incerteza na economia.

Valor: Dadas as denúncias contra o presidente Michel Temer, ele deve ficar ou sair do governo?

Werlang: Eu entendo da área de economia, eu não entendo da área de política. Eu prefiro não dar opinião sobre o assunto. O que eu posso comentar é o efeito da permanência de Temer.

Valor: E qual é esse efeito?

Werlang: A permanência dele dificulta a aprovação de medidas que são importantes, como a reforma da Previdência. Ele vai ter necessidade de lidar com outros assuntos que não as reformas. São muitos assuntos simultâneos, e eles vão tirar o foco das reformas.

Valor: Então seria melhor, do ponto de vista do andamento das reformas, a saída de Temer?

Werlang: Sinceramente, eu não sei, porque não sei quais seriam as alternativas para presidente a ser eleito indiretamente. Eu não tenho certeza se ele sair aceleraria as reformas ou não. Dependeria de quem e com qual coalizão essa pessoa escolhida indiretamente chegaria lá.

Valor: O BC vinha cortando os juros e se cogitava uma aceleração do ritmo dos cortes para 1,25 ponto na reunião de maio. Com a crise política, o BC preferiu manter o ritmo de um ponto e indicou que pode reduzi-lo para 0,75 ponto. Ele agiu corretamente, mesmo com a atividade fraca e a inflação abaixo da meta?

Werlang: Acho que sim. Foi uma decisão muito acertada. Não foi um excesso de preciosismo. A cautela era necessária. A taxa de juro de longo prazo não caiu. O BC pode até cortar a Selic abaixo da taxa de juro de longo prazo. Se ele fizer dois cortes de 0,75 ponto percentual, o número final já vai estar abaixo da taxa de longo prazo.

Valor: O que o Copom deve fazer daqui para frente?

Werlang: Acho que ele deve cortar 0,75 ponto e deixar a possibilidade de cortar talvez mais 0,5 ou 0,75 ponto na próxima, mas não muito mais do que isso. Dá para ficar um pouco abaixo da taxa de longo prazo? Dá, porque nós estamos com a inflação

abaixo da meta. Mas, na hora que começar a rodar mais próxima de 4,5%, ele vai ter que elevar de novo, para evitar que a inflação continue subindo.

Valor: Há quem diga que os juros podem cair muito para ficar bem abaixo da taxa neutra, ou da taxa de longo prazo. Não é bem assim?

Werlang: Bem abaixo eu não sei, mas abaixo eu até entendo que possa ficar no curto prazo, sei lá quanto tempo a economia vai demorar para reagir, seis meses, talvez um pouco mais. Acho que pode ficar abaixo da taxa neutra, mas não se pode ficar muito abaixo.

Valor: Na sua cabeça, a Selic poderia cair até 8,75%, 8,5%?

Werlang: Eu diria que 8,75% já é um número forte, mas poderia chegar lá, porque a inflação está bem abaixo da meta. Eu faria dois cortes de 0,75 ponto e pararia aí [em 8,75%]. Nós estaríamos com a taxa real de curto prazo abaixo da taxa neutra. Uma Selic de 8,75%, comparada com uma inflação de 4% para os 12 meses seguintes, dá um juro real de 4,6%. Isso é mais de ponto percentual abaixo do 5,7% da taxa de longo prazo. Está de bom tamanho. É claro que, se a economia estiver demorando muito a reagir, a taxa possa cair ainda mais.

Valor: O sr. acha que ele demorou muito para começar a cortar a Selic?

Werlang: Ele poderia ter começado uma reunião do Copom antes. Mas nós estamos falando de pouca coisa. Ele não está muito atrás da curva. Se tanto, 0,25 ponto e olhe lá. O ritmo que o BC impôs está bastante adequado. "Nós não podemos reduzir a meta de inflação enquanto não resolvermos a parte fiscal"

Valor: O CMN deve reduzir a meta de inflação de 2019 para 4,25% na reunião do dia 29. É uma boa ideia?

Werlang: Eu não acho uma boa ideia, não. Eu já escrevi vários artigos sobre isso e repito. A ideia de baixar a meta de inflação, que está na cabeça de muita gente, é que um número mais próximo de 3%, mais ou menos a média da meta dos emergentes, é melhor do que 4,5%. Mas eu discordo profundamente desse raciocínio para o caso brasileiro.

Valor: Por quê?

Werlang: No caso brasileiro, o grande problema é fiscal. Nós temos um problema fiscal enorme, que precisa ser resolvido. E esse problema fiscal enorme é resolvido mais facilmente com um pouquinho mais de inflação. Tipicamente, o que é o nosso problema fiscal? Há muitas despesas fixas nominalmente, como salários do funcionalismo. É um exemplo, mas há outras que são fixas nominalmente. Você precisa ter um pouquinho mais de inflação para que, em termos reais, se consiga diminuir essas despesas um pouco mais rapidamente. Mas tem que ser pouca coisa, por um motivo muito simples.

Valor: Qual motivo?

Werlang: Você não consegue ficar com uma inflação de 10% estável em lugar nenhum do mundo. Isso causa uma instabilidade danada. Mas com 4%, 4,5%, 5%, nós já ficamos por muito tempo. Isso mostra que nós conseguimos ter um número próximo desses sem que a inflação comece a subir de novo, sem que comece a haver uma cascata de reajustes.

Então nós temos que ter uma meta de inflação um pouco superior a de outros países do mundo enquanto nós tivermos essa rigidez institucional de gastos. Acho que 4,5% é um número que já está bom. Nós precisamos que essas despesas sejam diminuídas em termos reais.

Valor: Mesmo um corte pequeno, para 4,25%, seria uma má ideia?

Werlang: Acho que seria um sinal ruim, porque é um sinal de que você está querendo diminuir a meta. Na verdade, nós não podemos reduzir a meta enquanto não resolvermos a parte fiscal, enquanto não arrumar essa institucionalidade.

No Brasil, é proibido cortar salário nominal. Vamos ser objetivos. Como é que foi feito o ajuste em Portugal, na Espanha e na Irlanda? Foi feito com corte de salários. A vida continuou e equilibrou o governo. Nós não podemos fazer isso aqui. Se não pode fazer isso, estruturalmente a inflação tem que ser maior do que nesses outros países que têm essa possibilidade.

Valor: Qual é a sua preocupação com a situação fiscal? A dívida bruta deve continuar a subir com força nos próximos anos.

Werlang: É grande. Por causa disso, é fundamental aprovar a reforma da Previdência. Mas, se a trajetória da dívida mostrar que o endividamento vai subir e depois cair, não há problema. A questão é que para isso é necessário ter tranquilidade de que as instituições estão funcionando, de que fiscalmente nós teremos espaço para retomar aos poucos os superávits primários maiores, para gerar esse excesso e fazer cair a relação entre a dívida bruta e o PIB.

Valor: Se ficar a expectativa de que não vai aprovar a reforma da Previdência, pode haver uma correção, um aumento do risco e um câmbio mais desvalorizado?

Werlang: Pode sim. Mas, se continuarem com as privatizações, se continuarem acertando várias legislações nos diversos setores que ainda precisam ser consertados - é preciso mudar a lei do gás, por exemplo - se continuarem com as concessões e PPPs, se aprovarem uma reforma trabalhista, talvez isso nos ajude a chegar no ano que vem com menos dano na economia, embora nada substitua o ponto fulcral que é a reforma da Previdência.

Nesse cenário, desde que todas as outras coisas tenham sido aprovadas, a economia talvez consiga chegar no ano que vem com um crescimento esperado na faixa de 1% a 1,5%, mesmo sem aprovar uma reforma da Previdência.

Valor: Se a reforma da Previdência não for aprovada, serão necessárias tomar outras providências no front fiscal, como acabar com desonerações mais cedo do que se esperava, ou mesmo elevar impostos?

Werlang: Alguma coisa poderá ter que ser feita sim. Acabar as desonerações eu acho que quase com certeza. Aumentar imposto já é meio confuso, porque o nosso problema não se resolve. Se você aumentar o imposto hoje, daqui a dois ou dois ou três anos vai ter que aumentar de novo. O problema todo é que os gastos continuam subindo muito acima do PIB, por causa das despesas da Previdência e do envelhecimento da população. E já temos uma receita muito alta, que é comparável à dos países da OCDE [Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico].

Valor: Além da questão fiscal, o que o Brasil precisa fazer para crescer de modo sustentado a um ritmo mais elevado?

Werlang: São essas outras reformas que estão na agenda do governo. Nós temos que voltar a ter o setor privado com tranquilidade para investir. Isso ocorre com duas coisas. Em primeiro lugar, estabilidade macroeconômica, para se poder fazer previsão de longo prazo. Se você vai fazer um investimento e vai ter o retorno a partir de dez anos, é necessário poder fazer uma previsão para dez anos com alguma tranquilidade. Essa é a primeira coisa.

A segunda coisa é que a regulamentação dos diversos setores esteja bem sólida do ponto de vista institucional. Você precisa ter agências reguladoras com técnicos, bem aparelhadas. E é necessário ter uma legislação boa e estável. Você precisa ao longo do tempo melhorar as nossas leis trabalhistas, que são muito antigas, o que está sendo feito. É uma agenda que a meu ver o governo já está contemplando. O que precisa é não esmorecer.

Valor: Há outras medidas que seriam importantes além dessas que o sr. acabou de citar e da reforma da Previdência?

Werlang: Há sim. Hoje, mesmo depois da devolução de R\$ 129 bilhões [ao governo], o BNDES continua com passivo de longo prazo com o Tesouro de R\$ 408,6 bilhões. O problema é que isso basicamente paga TJLP [Taxa de juros de Longo Prazo] ao Tesouro, enquanto o custo da dívida é a Selic. Seria importante devolver parte desse dinheiro, talvez mais uns R\$ 100 bilhões.

Não haveria nenhum efeito econômico negativo, e poderia ser feito apenas utilizando o caixa ou vendendo ações da carteira da BNDESPar. No fim de 2016, essa carteira era de R\$ 56 bilhões, formada em grande parte por papéis com liquidez, que podem ser alienadas com facilidade.

Esse passivo custa muito - mais de R\$ 13 bilhões por ano, considerando a diferença entre a Selic e a TJLP, que hoje é bem menor do que já foi no passado. Seria muito útil devolver esses recursos porque não teria impacto econômico nenhum no curto prazo, deixaria de custar ao Tesouro a diferença de juros e ainda reduziria a dívida bruta.

Valor: No dia 8, o ministro Henrique Meirelles disse que, num cenário de retomada, "não é o momento de retirada de recursos do banco de desenvolvimento que financia investimentos de longo prazo".

Werlang: Acho que é o caso de devolver. Com esses recursos, o BNDES está muito acima do tamanho normal do banco, anterior a 2008. O banco não precisa ter tudo isso porque o Programa de Sustentação de Investimento [PSI] não está mais ativado. Basicamente, o grande aumento do BNDES foi no PSI.

A história recente do Brasil em um só gráfico

20/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

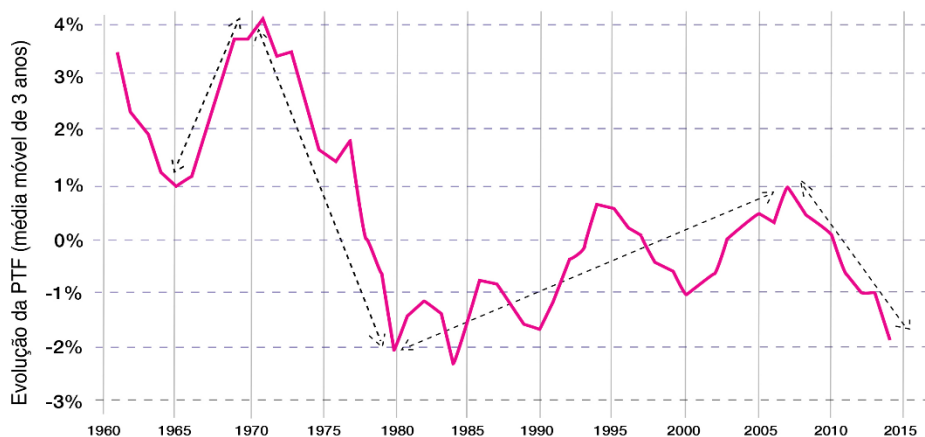
A produtividade total dos fatores (PTF) busca medir a eficiência com a qual uma certa economia usa seus diversos fatores produtivos: capital, trabalho, nível do capital humano e terra.

Pense da seguinte forma: dois países diferentes com o mesmo nível dessas quatro variáveis podem terminar com níveis de renda distintos a depender de como esses fatores são alocados entre os diversos setores da economia.

Um exemplo extremo: se, no país A, o governo canaliza metade desses recursos para produção de buracos (seguida do devido tapamento); enquanto, no país B, esses circulam livremente em busca do uso mais eficiente (por meio de mecanismos de mercado), o país B tende a ser muito mais desenvolvido.

Este gráfico ilustra a evolução da taxa de crescimento da produtividade no Brasil desde 1960. Ele é em si uma aula de história importante.

VARIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES* NO BRASIL



*Capacidade de produzir de uma economia dados os recursos produtivos que tem.
Fonte: Penn World Tables



1 – Como se vê, logo após o plano conhecido como PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), no início dos anos 60, a produtividade cresce bastante. Esse plano priorizou reformas institucionais e racionalização dos sistemas tributários. Um equivalente primitivo do que hoje chamamos de reformas estruturais/microeconômicas.

2 – A década de 1970 é marcada pelo desastre da produtividade. O Brasil crescia bastante, mas devido a uma alta maciça de investimento em capital físico (olhar para o capital humano, ampliando a rede pública de educação e melhorar a qualidade? Nem pensar, é sentar a pua!). É a época das grandes obras, de supostos milagres, do comando e controle, do pau na máquina. Mas tudo muito ineficientemente.

3 – E os desequilíbrios associados aos excessos dos anos 70 geram a década perdida dos 1980: inflação alta, crise, calote, crescimento pífio. E produtividade negativa o período todo!

4 – A coisa começa a melhorar nos anos 90, bem antes do Plano Real. A tão criticada abertura e o início do processo de privatizações parecem ser a força por trás da arrancada da PTF. A estabilização inflacionária, curiosamente, não aparece como claro impulso à PTF. Possíveis explicações: câmbio fixo distorcendo alocação ótima, política fiscal ruim no FHC I e crise após crise no cenário internacional.

5 – No segundo mandato de FHC a PTF volta a subir (políticas fiscal, monetária e cambial melhores, talvez?) e recebe empuxo adicional do Lula I, com a volta à agenda estrutural e às microrreformas. A Previdência Social recebeu algum ajuste, melhorou a fluidez do mercado de crédito, a questão da estabilidade foi levada em conta, etc.

6 – O ocaso, as trevas. Em 2009, ou talvez um pouco antes, mal havíamos chegado ao 1% positivo e o rumo das coisas começou a mudar.

O governo altera a Lei do Petróleo, que funcionava bem; intensifica o uso político das grandes estatais; coloca o BNDES em modo de "soca o pilão"; intervém bem mais nos preços relativos (incluindo a taxa de câmbio); pratica congelamento branco; torna-se gradativamente mais leniente no combate à inflação; e, finalmente, formaliza tudo isso sob a égide da famigerada "Nova Matriz". O resultado é o esperado: a PTF vai ladeira abaixo.

(Equipe PQ).

Reformas são necessárias. Mas com esses políticos?

20/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Nos primeiros anos do estudo de economia, aprendemos que o formulador de política econômica dispõe de várias alavancas para puxar e botões para apertar que afetam o desempenho da economia. Se a economia está fraca, basta saber qual é o botão e a alavanca certos para apertar ou puxar, e a economia obedecerá como um carrinho de controle remoto.

É a visão da economia como sistema hidráulico, claramente uma visão simplória e infantil, mas compartilhada por muitos economistas. Nossos formuladores de política econômica que tentaram fazer o Brasil crescer via expansão de crédito dos bancos públicos e desonerações trabalhistas para setores específicos provavelmente passariam em um exame levemente rigoroso de economia hidráulica. Com uma nota 6, mas seriam aprovados.

Quando avançamos nos estudos, somos apresentados a uma visão mais complexa. Aprendemos nos cursos mais avançados da graduação que a economia é formada por agentes que pensam, formam expectativas sobre o que vai acontecer e tomam decisões baseadas nestas expectativas. Tenho certeza de que todo economista de vinte e poucos anos já sentiu orgulho de suas realizações intelectuais quando pela primeira vez conseguiu entender as consequências da formação de expectativas em um modelo macroeconômico.

Quando permitimos aos agentes econômicos de fato tomar decisões, muitas das conclusões do sistema hidráulico tornam-se erradas. É neste estágio, depois dos cursos avançados da graduação, que os economistas passam entender conceitos como credibilidade e se tornam mais cautelosos na condução da política monetária em um ambiente inflacionário e valorizam ideias como a emenda constitucional criando um teto nos gastos públicos.

Mas este não é o fim do aprendizado. Infelizmente, os cursos de economia em geral ensinam apenas superficialmente uma importante camada de complexidade cujo entendimento é absolutamente necessário para os formuladores de política econômica. As decisões sobre a política econômica acontecem dentro de um sistema político. Em uma democracia, a sustentabilidade de medidas econômicas depende da criação de um consenso entre os governantes e pelo menos uma maioria dos governados, e isso depende de como os governados (eleitores) formam suas expectativas e visões do mundo.

Hoje o Brasil está imerso em uma de suas piores crises políticas. A população acredita que é governada por políticos que se preocupam apenas em ganhos pessoais e para suas camarilhas. Tal crença tem sido confirmada por gravações, delações premiadas e ampla evidência de muitos políticos vivendo acima de sua renda.

Surpreendentemente para a maioria dos analistas, também vivemos um momento especial em que pode ser possível aprovar reformas importantes e necessárias que aliviam problemas que aleijam nosso crescimento. Um exemplo é a reforma da Previdência.

Não há dúvida alguma entre pessoas de boa vontade com algum domínio da aritmética que a Previdência em sua forma atual é insustentável. Finalmente temos a chance de consertar o problema! Devemos ir em frente, destemidos, com a agenda de reformas?

O economista dentro de mim diz: "sigamos em frente, a oportunidade é única". Mas este economista está perdendo uma parte importante da análise. Medidas econômicas de grandes consequências, como a reforma da Previdência, geram ganhadores e perdedores. Para que não sejam revertidas sob a pressão dos que se sentem prejudicados, precisam de legitimidade. Mas boas ideias defendidas por políticos desmoralizados podem deixar de ser vistas como boas ideias.

"Mas as reformas são necessárias!", protesta o economista que fez os cursos avançados. Ele está correto. Sem as reformas, os agentes econômicos vão entender que o Brasil está em uma trajetória insustentável da dívida pública e mais cedo ou mais tarde podem se recusar a financiar o governo, gerando altas da inflação e taxas de juros e um mar de lágrimas de dor.

Mas a visão do mundo do economista é incompleta e simplista. Não basta que as reformas sejam factíveis politicamente (isto é, aprovadas pelo Poder Legislativo). As reformas devem também ser legítimas e consideradas justas por uma ampla maioria da população. Infelizmente, ainda não chegamos lá. Para começar, precisamos perder o medo de ser roubados toda vez que um político aparece na televisão para explicar as reformas...

(Equipe PQ).

Artigo: Precisamos de alta dose de perspectiva paulista para o Brasil voltar a crescer

20/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Entre as reformas estruturais do Brasil, precisamos de uma reforma de mentalidade. Não é só entregar a democracia, mas a democracia que entrega. Que entrega serviços eficientes e honestos, que não gasta o que não tem e gere bem o que tem, que permite a todos contribuir para o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Ritmo é fundamental. O mundo está mudando rapidamente. O Brasil precisa retomar o rumo e apressar o passo para acompanhar o espírito rápido do tempo. Perder uma década hoje, como já perdemos no passado, é perder muito mais que uma década.

Cidadãos em geral, profissionais liberais, empreendedores e empresários começam a se engajar mais nas macrodiscussões. Esse debate nas condições atuais de pressão e temperatura é duro, é difícil, é definitivamente sair da zona de conforto. Mas não há zona de conforto dentro desse desconforto geral.

Não dá para ficar debatendo só no grupo do WhatsApp, do Facebook. As redes sociais podem virar guetos sociais. É preciso sair dos guetos e criar condições para o debate razoável. Que já pipoca aqui e ali, mas, por seu mérito e pertinência, pode se alastrar como água.

Precisamos de pautas unificadoras para o debate razoável. Vamos discutir empregos, investimentos, exportações e produtividade. Vamos explorar como desenvolver novas empresas e apoiar o crescimento das existentes. Vamos trabalhar em regulamentações e desregulamentações que atraiam mais investimentos e atualizem nossas leis.

Precisamos de previsibilidade. E, para chegar lá, só com debate razoável. Precisamos aprender com os nossos erros e os erros dos outros. Chega de ficar discutindo soluções que nunca dão certo.

Quero crer que os próximos anos serão muito positivos desde que a sociedade brasileira busque isso efetivamente e não caia no canto dos populistas.

Vivemos a dor e a beleza das situações extremas. Quando coisas do tamanho dessa crise acontecem, elas têm a força de trazer o melhor e o pior em nós. Será esta a nossa "finest hour"?

O Brasil é uma força da natureza. Basta olhar a nossa natureza, inclusive socioeconômica. Duzentos milhões de brasileiros compõem um mercado enorme, diverso e sofisticado. Devemos comparar o Brasil aos EUA, não à Venezuela ou à Bolívia, com todo o respeito.

Precisamos de perspectivas modernas e novas agendas. De cidadãos que entrem na política com novo olhar e novas práticas.

Contra populistas de toda sorte, a agenda da próxima eleição pode ser a da democracia que entrega, sem truques nem ilusões de almoço grátis.

Nós aprendemos a beber com as ressacas e precisamos aprender com essa ressaca nacional. Eu sou baiano, mas acho que precisamos de alta dose de perspectiva paulista para o Brasil voltar a crescer de verdade.

Comecei a escrever colunas com foco na crise em 2015, compartilhando pensamentos sobre liderança em momentos como esse. Defendi que, diante das grandes dificuldades nacionais, o líder deveria promover mudanças onde conseguia —dentro da sua empresa ou organização. Mas isso não basta.

Quase três anos depois, a crise não arrefece. Essa é uma de suas características mais relevantes. Ela é muito longa. E segue imprevisível.

A melhor novidade são os brotos da recuperação econômica que já aparecem. Como fortalecê-los?

A pauta econômica da retomada do crescimento, também vítima do debate irrazoável e odioso, pode ser o melhor caminho de convergência para sairmos juntos do atoleiro. E, se um entendimento mínimo é o máximo que podemos alcançar nessa era de atritos, ele pode ser o suficiente.

Chega de ódio. Vamos debater com a razão e com o amor pelo país, pelos nossos filhos e pelos nossos netos

(Nissan Guanaes- Publicitário baiano, é dono do maior grupo publicitário do país, o ABC).

Ações movidas por lesados por cartéis crescem e criam conflito com leniência

20/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Ações de clientes que se consideram lesados por cartéis cresceram com a Lava Jato e com o aumento de casos julgados pelo Cade.

Até 2011, havia 20 processos na Justiça de pessoas ou empresas que buscaram reparação de danos contra cartéis. Hoje, o Cade trabalha com um número de 110.

"Ainda é uma quantidade incipiente, mas há uma inflexão e existe interesse nesse tipo de ação", diz Diogo Thomson Andrade, superintendente-adjunto do órgão.

Para que esses casos na Justiça deslanchem, o órgão busca uma regra sobre quais informações de seus processos ele pode revelar às partes. Há uma consulta pública sobre esse tema em aberto.

A ideia é não prejudicar empresas em acordos de leniência: "Não se pode colocar uma [companhia] que colabora em situação pior que as demais que participaram do cartel". Há interesses opostos, afirma Luiz Salles, sócio do Azeveto Sette: "O Cade quer preservar os acordos e isso envolve confidencialidade, mas os lesados [pelo conluio] querem informações da leniente".

Pela agilidade, há empresas que preferem pressionar em negociações os fornecedores que formaram oligopólio ilegal, segundo Daniel Andreoli, sócio do Tozzini Freire.

"Quando há denúncia em análise no Cade, essa solução é mais rápida e não envia o problema para o departamento jurídico da companhia."

Consumo de aço sobe 2,3%, mas setor deverá revisar projeções

O consumo aparente (produção interna mais importações) de aço no Brasil aumentou 2,3% nos cinco primeiros meses deste ano, na comparação com o mesmo período de 2016, segundo o Instituto Aço Brasil.

Foram consumidas 7,6 milhões de toneladas até maio.

A melhora é mais um reflexo da base ruim de comparação e menos de uma retomada da economia, diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo da entidade.

"O crescimento ainda é muito marginal. O uso da capacidade [produtiva] está em 63%, sendo que, pelas características dos nossos equipamentos, deveria estar acima de 80%", afirma.

"Provavelmente vamos fazer uma revisão para baixo [das projeções do setor para este ano] daqui a 10 a 15 dias."

A estimativa atual do Aço Brasil é que o consumo aparente cresça 2,9% em 2017, em relação ao ano passado.

A indústria reivindica medidas que tenham efeito a curto prazo, sobretudo nas vendas externas, diz Lopes.

Entre elas, estão mudanças nas regras de conteúdo local e o aumento da alíquota do Reintegra (regime que compensa exportadores).

Empatia, flexibilidade, trabalho em equipe: pesquisador de Harvard explica por que habilidades sociais ganham força no mercado

20/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo/ BBC



Professor de Harvard analisou o mercado de trabalho americano entre 1980 e 2012 (Getty Images)

A automação "engole" empregos ao redor do mundo, mas ainda está distante de substituir trabalhadores que combinem diversas habilidades complementares entre si –em especial habilidades sociais, como a capacidade de escutar e de trabalhar eficientemente em equipe.

A explicação é do pesquisador David Deming, professor de Políticas Públicas, Educação e Economia na Universidade Harvard e autor de um estudo chamado "A crescente importância de habilidades sociais no mercado de trabalho", publicado em maio.

Na pesquisa, que compila dados do mercado de trabalho dos EUA entre 1980 e 2012, ele nota um aumento na oferta de empregos para funções que requerem alto grau de interação humana, como gerentes, professores, enfermeiros, médicos e advogados.

Enquanto isso, empregos puramente técnicos e de baixa interação humana, ocupados por exemplo por matemáticos e engenheiros, representam parcela menor do total da mão de obra americana.

O mais expressivo crescimento de empregos –e salários– ocorreu, segundo Deming, em funções que exigem tanto conhecimentos matemáticos/técnicos quanto habilidades sociais. Para muitos desses empregos, a tecnologia se torna algo complementar, que ajuda o trabalhador a aumentar sua produtividade, em vez de substituí-lo.

"Empregos com salários melhores cada vez mais exigem habilidades sociais", argumenta Deming. "A interação social se mostrou - ao menos até o momento - difícil de ser automatizada."

Em entrevista por telefone à BBC Brasil, o pesquisador fala sobre a importância de essas habilidades serem praticadas pelos profissionais e incorporadas aos sistemas de ensino.

BBC Brasil - Você menciona em seu estudo empregos tradicionalmente "analógicos" –como de advogados, professores, enfermeiros, médicos - em que os salários têm crescido nos EUA. Há uma crescente importância deles, mesmo na era da tecnologia?

David Deming - As pessoas costumam focar em empregos tecnológicos porque é onde está a inovação e onde há funções que não existiam antes –é algo novo e empolgante. Mas ainda são uma parcela pequena dos empregos americanos e estão fortemente concentrados em alguns lugares.

Mas todos precisamos de médicos, advogados e etc. Então quando você observa o crescimento do mercado de trabalho americano, eles ficam com a maior parcela.

A outra coisa é que empregos relacionados à informática são os únicos empregos que estão crescendo dentro da categoria STEM (sigla em inglês para ciência, tecnologia, engenharia e matemática). Essas ocupações estão, na verdade, encolhendo (percentualmente em relação ao total de empregos nos EUA).

Acho que o motivo disso é que novas tecnologias automatizam empregos técnicos que não requerem muita interação social.

Há muitas habilidades que são difíceis para as pessoas, mas fáceis para máquinas. E há muitas habilidades que são difíceis para máquinas, mas fáceis para as pessoas.

Tendemos a pensar na habilidade de fazer cálculos, por exemplo, como um indicativo de que uma pessoa é inteligente e apta à universidade. Mas isso é algo trivial (para um computador). Em contrapartida, a habilidade de ter uma conversa não estruturada de dois minutos com outra pessoa é algo que quase qualquer pessoa pode fazer, mas é muito difícil criar um programa de computador capaz de fazê-lo.

Há uma diferença entre o que achamos que é técnico e difícil e o que de fato é difícil de ser automatizado.

Por isso, há mais automatização, por exemplo, do trabalho de engenheiros do que do de médicos ou economistas.

BBC Brasil - Aí que as habilidades sociais se tornam mais importantes.

Deming - Sim, é o que eu defendo no meu trabalho com os dados que analisei.

BBC Brasil - Quais habilidades sociais você considera mais importantes?

Deming - Depende de o que você chama de habilidades sociais. Para mim, não necessariamente significa ser cortês, de boas maneiras. É parte disso - pessoas extrovertidas, boas em "conversas de happy hour", provavelmente têm também boas habilidades sociais. Mas vejo como sendo mais uma questão de produção no ambiente de trabalho.

Muitos empregos requerem que você combine diversos "inputs", de pessoas e máquinas, para produzir algo. Se você é um consultor ou desenvolvedor de software, por exemplo, muitas vezes trabalha com uma grande equipe - e a habilidade-chave aí é trabalhar com diferentes pessoas fazendo coisas diferentes, combinando as atividades delas com as suas de modo produtivo.

Então, há pessoas que não são necessariamente extrovertidas, talvez até sejam reservadas, mas que são boas em entender os demais e fazer parte de um grupo.

E conheço pessoas, e tenho certeza de que você conhece também, que são extrovertidas, falantes, mas não necessariamente ouvem os demais e fazem o que querem - e são ruins em trabalho em equipe.

O que estou tentando dizer é que penso em termos de habilidade de trabalhar em equipe.

BBC Brasil - Mesmo com o avanço tecnológico, a ideia é que trabalhadores com habilidades sociais desenvolvidas não serão substituídos?

Deming - Sim. Uma das coisas que aprendemos sobre como as mudanças tecnológicas afetam o mercado de trabalho é que as pessoas tendem a focar muito na substituição de pessoas por máquinas, mas não costumam ver que se a tecnologia não te substitui, ela tende a te tornar mais valioso ou produtivo.

O fato de que haja um software que permita a mim, um professor, analisar uma base de dados com rapidez me faz economizar tempo -isso não substituiu o meu trabalho ou me deixou obsoleto, apenas me tornou mais produtivo, porque me permitiu dedicar mais tempo a escrever, por exemplo.

A mensagem é: se você tem esse tipo de trabalho, em que tem de fazer tarefas analíticas mas também trabalhar com outras pessoas, as máquinas vão te tornar ainda mais valioso -porque se você é bom nas tarefas analíticas, você conseguirá usar as máquinas (que automatizarão essas tarefas) para aumentar sua produtividade e não ser substituído.

BBC Brasil - Então se você fosse aconselhar um trabalhador que teme ser substituído pela tecnologia, será que é encontrar funções em que a tecnologia o ajude a ser mais eficiente?

Deming - Isso. A vantagem que as pessoas têm sobre a tecnologia é que são flexíveis: podem dedicar seu tempo a diferentes tarefas, podem liderar uma equipe.

As máquinas não são flexíveis assim. Se você quer proteger sua carreira do (desenvolvimento tecnológico) futuro, você deve escolher habilidades e capacidades que sejam complementares entre si e não necessariamente diretamente relacionadas.

Por exemplo, você é bom em trabalho em equipe e em codificação. Não haverá num futuro próximo nenhuma máquina capaz de fazer essas duas coisas juntas. A mensagem é: não seja um pônei de um único truque. É uma expressão americana que quer dizer não seja bom em apenas uma coisa, seja bom em várias.

BBC Brasil - E como uma pessoa pode melhorar suas habilidades sociais?

Deming - Não sei se tenho a resposta a essa pergunta com rigor acadêmico, porque parte da motivação desse projeto é colocar o assunto em pauta. Ou seja, ainda há muito trabalho a ser feito a respeito de como medir e melhorar essas habilidades.

Mas minha intuição é de que é parecido ao que as pessoas pensam do QI - alguns nascem com mais que os outros, mas esses ainda podem praticar e melhorar.

Alguns têm alto QI, outros têm baixo, mas o QI não é um indicativo perfeito do seu desempenho escolar, porque você pode estudar mais, dar mais valor e se esforçar (para compensar a deficiência).

Você pode melhorar suas habilidades sociais com prática, e não apenas em conversas de happy hour, mas em colocar-se na posição dos outros. Tente imaginar a conversa sob a perspectiva do outro, e não só da sua.

É algo que não fazemos muito nas salas de aula. Mas pense que, em uma aula de Humanas, ao ler um romance, você está tendo acesso a uma história sendo apresentada de múltiplas perspectivas. Ou, na aula de História, você pode analisar um fato histórico sob a perspectiva de diferentes grupos. E isso é muito importante.

BBC Brasil - Um relatório recente da OCDE sobre habilidades para o futuro defende que os trabalhadores precisam tanto de conhecimento de linguagem e numérico como habilidades sociais e de resolver problemas. Você concorda com a ideia de que linguagem e números continuam sendo muito importantes?

Deming - Sim. A questão é que eles não bastam mais por si só. Você precisa ser capaz de fazer diversas coisas diferentes.

BBC Brasil - E qual o papel da educação em preparar as pessoas para o cenário atual?

Deming - Se você perguntar às pessoas o que tentam levar consigo da experiência escolar, certamente dirão que esperam que a escola as prepare para o mundo do trabalho no futuro. Então, temos de nos perguntar: de que formas as escolas são parecidas com o ambiente de trabalho moderno e de que formas elas não são?

Muitas escolas são muito organizadas em torno de um modelo em que o professor tem todo o conhecimento e apresenta-o em um estilo de palestra. O ambiente de trabalho não se parece em nada com isso - é um ambiente fluido, em que trabalhadores são constantemente colocados em equipes para resolver problemas não estruturados, e as pessoas têm papéis múltiplos.

Acho que queremos que nossas escolas repliquem isso - que se pareçam mais com o ambiente de trabalho moderno se querem ensinar as pessoas a serem melhores trabalhadores.

BBC Brasil - Você mencionou mais cedo que ser bom em cálculo tornava uma pessoa apta à universidade. Também precisamos repensar a forma como avaliamos os estudantes?

Deming - Sim, acho. É um exemplo de um entrave para muitos estudantes, que não conseguem (ser bons em cálculo). E há poucos empregos em que você realmente precisa ser bom em cálculo. Seria muito mais importante, no mundo atual, que as pessoas entendessem estatística e probabilidades, por exemplo.

Falando amplamente, acho que os sistemas educacionais, pelo menos nos EUA e provavelmente em outros países, não responderam muito às mudanças no ambiente de trabalho e precisam ser repensados.

É difícil, porque o mercado de trabalho muda constantemente, mas temos de melhorar.

BBC Brasil - Há habilidades que as escolas poderiam simplesmente parar de ensinar, por terem se tornado irrelevantes?

Deming - Não sei se vejo isso dessa forma, porque você frequenta a escola pelo menos até os 18 ou 20 e poucos anos. E você espera estar aprendendo coisas que serão úteis pelas cinco ou seis décadas seguintes da sua vida. É um futuro muito incerto.

Sempre enfrentaremos o desafio de tentar treinar as pessoas para um ambiente do trabalho do futuro. Então acho muito importante que as escolas enfatizem, o máximo possível, o desenvolvimento de habilidades gerais. Não queremos que as escolas ensinem habilidades muito específicas, que podem ser úteis hoje, mas não daqui a dez anos.

Na escola, queremos que as pessoas aprendam a aprender. Trata-se em grande parte de dar às pessoas um kit de ferramentas com as quais elas possam se aperfeiçoar ao longo do tempo.

Tanto que, ainda que apoie a educação vocacional em alguns casos, me preocupa que a educação muito específica se torne menos relevante diante de um futuro incerto.

BBC Brasil - No seu estudo você menciona a importância de intervenções já na primeira infância no que se refere a habilidades sociais. Isso ajudaria a nos tornar melhores pessoas e trabalhadores futuros?

Deming - É um pouco especulativo, mas há boas evidências de que intervenções de alta qualidade feitas no início da nossa vida têm impacto mais longo na vida adulta, tornando-nos mais produtivos.

Uma possível razão disso, em termos de educação, é que se você olha para uma sala de aula de pré-escola, ela se parece mais com o ambiente de trabalho moderno do que, por exemplo, a quarta série. Na pré-escola, você aprende a socializar. A criança não aprende apenas números e letras, mas é colocada em grupos para negociar, compartilhar seus recursos e ocupar diferentes papéis.

Acho que, no meio do caminho, a escola se torna mais formal, para ensinar letras e números - algo importante. Mas o aprendizado mais cedo, de como se portar no mundo, também é muito importante.

Talvez nossas salas de aula depois da pré-escola devessem ser mais parecidas com isso.

Artigo: Brasil: campeão de ações trabalhistas

20/06/2017 – Fonte: Granadeiro Guimarães Advogados

Para quem milita na Justiça do Trabalho do Brasil, faz parte do cotidiano a entrada de milhares de ações nas cortes trabalhistas todos os dias. Só em 2016, deram entrada mais de 3 milhões de novas ações que se somaram às remanescentes de anos anteriores, chegando a quase 8 milhões de processos. Com tamanho volume, os magistrados e funcionários da Justiça do Trabalho têm uma tarefa extenuante e o Estado gasta cerca de R\$ 18 bilhões na manutenção daquele ramo do Poder Judiciário.

O quadro brasileiro contrasta fortemente com o que ocorre no resto do mundo. Os dados a seguir se referem ao número de ações judiciais trabalhistas individuais ocorridas entre os anos de 2001 a 2016 em países selecionados.

A Alemanha teve 593 mil ações em 2007; a Itália, 324 mil (2001); a Polônia, 302 mil (2002); a Espanha, 199 mil (2002); a Holanda, 139 mil (2002); os Estados Unidos, 110 mil (2016); o Reino Unido, cerca de 98 mil (2003); Portugal, 75 mil (2004); a França, pouco mais de 52 mil (2002); a Romênia e a Hungria, menos de 30 mil (ambas em 2003); a Áustria, cerca de 24 mil (2004); a Bulgária, menos de 14 mil (2003); a Letônia, 8.500 (2003); a Eslovênia, 4.500 (2003); o Japão, 3.500 (2009); a Eslováquia 2.600 (2008); a Dinamarca, 1.500 (2004).

Com exceção do Japão, Dinamarca e Estados Unidos, os dados indicados fazem parte dos fascículos Individual labour/employment disputes and the courts, referentes aos vários países e publicados pela Eurofound, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.

Os dados do Japão estão em Ronald Brown, Comparative alternative dispute resolution for individual labor disputes in Japan, China and the United States: Lessons from Ásia, St. John's Law Review, Vol. 86, 2012. Os dados da Dinamarca podem ser encontrados no Introduction to Danish Labour Court, ww.arbejdsretten.dk/generelt/labour-court.aspx. Para os Estados Unidos, ver www.uscourts.gov e www.eeoc.gov. Os dados do Reino Unido e dos Estados Unidos incluem ações tratadas no âmbito administrativo daqueles países.

Por que tão poucas ações judiciais nesses países? Em primeiro lugar, porque os seus tribunais de justiça se atêm apenas ao exame de disputas de natureza jurídica e se abstêm nos casos de disputa de natureza econômica, o que não ocorre no Brasil, onde a Justiça do Trabalho julga os dois tipos de conflitos. Ademais, nos países resenhados, é comum o uso de métodos extrajudiciais, como autocomposição, conciliação, mediação e arbitragem, o que não ocorre no Brasil.

Em segundo lugar, bem diferente das leis mais simples dos países avançados, a imensidão de detalhes da legislação e da jurisprudência trabalhistas do Brasil constitui, em si, um grande potencial para desentendimentos, o que leva as partes a buscar a solução nos tribunais.

A Constituição Federal tem 67 dispositivos no campo trabalhista e um adicional de 14 regras transitórias. A Consolidação das Leis do Trabalho incorpora quase mil artigos. Os Códigos Civil e Penal têm dezenas de dispositivos. O Tribunal Superior do Trabalho possui mais de mil atos jurisprudenciais. O Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Previdência Social têm uma imensidão de regras detalhadas. No campo internacional, são 82 as Convenções da OIT ratificadas e em vigência no país.

Em terceiro lugar, o prazo de prescrição do Brasil (2 anos) está entre os mais amplos no mundo. Em Portugal e na Itália, por exemplo, o prazo para entrar com uma reclamação relativa à despedida é de seis meses; na Inglaterra, três meses; na Alemanha e na Áustria, três semanas; na Noruega, 30 dias; na Espanha, 20 dias úteis; na Suécia, duas semanas. Com prazo tão longo, as possibilidades de litigar aumentam bastante.

Em quarto lugar, a maioria das ações trabalhistas no Brasil é promovida pelos empregados para os quais não há sucumbência no caso de sentença desfavorável. Isso se transforma em verdadeiro estímulo, pois as despesas dos honorários dos advogados e outras são pagas apenas pelos empregadores.

Além dos fatores indicados, concorrem para o excesso de ações trabalhistas o uso de subjetividade em sentenças judiciais, o anseio dos advogados para promover ações que lhes garantem bons honorários, a cultura de desconfiança que impera entre

empregados e empregadores e o volume de infrações decorrentes de violações ou incapacidade de cumprimento por parte dos empregadores.

A reforma trabalhista ora em tramitação no Congresso Nacional busca eliminar inúmeras distorções que hoje estimulam o uso exagerado da Justiça do Trabalho. Entre as principais medidas, têm destaque a criação de uma instância interna nas empresas com mais de 200 empregados para ali resolverem conflitos (comissão de empregados), o estabelecimento de sucumbência para reclamantes e reclamados, a penalização aos que entram com ações temerárias ou buscam argumentos apenas para procrastinar decisões, as multas e outras penalidades para as partes e testemunhas que mentem perante o juiz, o disciplinamento para a criação de súmulas e outros expedientes jurisprudenciais, a adoção da arbitragem trabalhista como método alternativo de resolução de conflitos, e o fortalecimento do negociado sobre o legislado.

Tudo isso deverá contribuir para uma sensível redução das ações individuais. O projeto de lei já foi aprovado na Câmara dos Deputados. Faltam a aprovação do Senado Federal e a sanção presidencial.

Fonte: Correio Braziliense, por José Pastore, 19.06.2017

Comissão suspende portaria que define categoria diferenciada de trabalhadores que movimentam cargas

20/06/2017 – Fonte: Portal Câmara

Comissão suspende portaria que define categoria diferenciada de trabalhadores que movimentam cargas

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou proposta do deputado Pedro Uczai (PT-SC) que susta a Portaria 3.204/1988, do Ministério do Trabalho, que criou a categoria profissional diferenciada de “trabalhadores na movimentação de mercadorias em geral.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) [545/12](#) recebeu parecer favorável do relator na comissão, deputado Benjamin Maranhão (SD-PB).

Ele destacou que o projeto visa resolver uma disputa jurídica, que surgiu com a Lei [12.023/09](#), que dispôs sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso.

A norma foi aprovada no Congresso Nacional com o intuito de regulamentar a atividade de movimentação de mercadoria. Mas a existência da portaria ministerial, que trata do mesmo assunto, acabou criando um conflito, principalmente em relação ao enquadramento sindical dos trabalhadores.

Sindicatos

Ao criar a categoria “diferenciada” de movimentador de carga, a portaria abriu a possibilidade de surgimento de sindicatos voltados para este segmento, em detrimento dos sindicatos de trabalhadores do comércio, que alegam ser os legítimos representantes dos movimentadores de carga.

O que está em disputa é sobre qual sindicato, por exemplo, o trabalhador que exerce a função de carga e descarga de mercadoria em um supermercado está atrelado: se ao sindicato de trabalhadores do comércio ou ao de trabalhadores de movimentação de carga.

Com a suspensão da portaria ministerial, o primeiro passaria a ter a primazia. Para o relator, a mudança é relevante. "Os trabalhadores perdem a oportunidade de serem representados pelos sindicatos atrelados às categorias econômicas preponderantes, usualmente mais representativos e melhor estruturados do que os sindicatos de movimentação de carga", disse Benjamin Maranhão.

Tramitação

O PDC 545/12 será analisado agora na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, segue para o Plenário da Câmara.

- Íntegra da proposta:
- [PDC-545/2012](#)

Reforma trabalhista é rejeitada em 2ª comissão do Senado

20/06/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Texto foi rejeitado na Comissão de Assuntos Sociais e agora segue para a CCJ. Objetivo é aprovar o projeto antes do recesso parlamentar



A batalha do governo pela aprovação da reforma trabalhista teve uma derrota nesta terça-feira (20), quando foi rejeitada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Como tem sido o usual, houve discursos e troca de farpas entre os senadores da oposição e os aliados a Temer. A sessão começou pouco antes das 10h30 e a votação ocorreu horas depois. A aprovação do texto exigia maioria simples da Comissão, composta por 21 parlamentares – o relatório foi rejeitado pelo placar de 10 a 9, com uma abstenção.

Governistas projetavam uma vitória de 12 a 8 antes de a sessão começar. A derrota do projeto na CAS foi muito comemorada pela oposição. Os senadores se abraçaram e gritaram "Fora Temer" durante o final da sessão.

Apesar do resultado negativo para o governo, o texto segue em tramitação e vai para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes da apreciação final no plenário – esperada para acontecer na próxima semana. Na CCJ, será apresentado o parecer do relator do tema naquela Comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), e deverá ser concedida vista coletiva. O governo descarta a hipótese de acelerar o processo, mas, caso necessário, um acordo de líderes pode encurtar o calendário e levar o assunto diretamente ao plenário.

Jucá, líder do governo no Senado, tem forte atuação sobre o tema e acompanha todas as sessões que avaliam e debatem a reforma trabalhista na Casa. Com o objetivo de tentar anular qualquer estratégia da oposição para atrasar a tramitação, Jucá tem agido imediatamente após cada movimento dos opositores.

O líder do governo diz que o calendário combinado com a oposição será seguido à risca com votação da CCJ na manhã da quarta seguinte, 28. Após a votação, o texto pode ir ao plenário para a última etapa antes da sanção presidencial.

Segundo Jucá, a reforma trabalhista será votada em plenário, de qualquer forma, antes do recesso parlamentar, mas deixou aberta a possibilidade de que esta última votação aconteça no início de julho e não mais no final de junho, como previsto. "Vai depender do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE,) e do entendimento dos líderes. Se não conseguirmos votar no final de junho, votamos no início de julho.

O governo disse que votaria a reforma antes do recesso e ela será votada antes do recesso", afirmou. O recesso parlamentar está previsto na Constituição e acontece entre 18 e 31 de julho, quando, salvo exceções, não acontecem votações no Congresso Nacional.

Farpas na sessão

Logo no início da sessão houve uma pequena confusão entre parlamentares da oposição e a presidente da CAS, Marta Suplicy (PMDB-SP). O líder do PT, Lindbergh Farias (PT-RJ), pediu a palavra para reclamar da continuidade da tramitação do tema na Casa mesmo após a entrevista concedida por Joesley Batista à revista Época. Marta reagiu e o senador fluminense pediu calma à presidente da Comissão. "Não tem de acalmar nada. Respeite o combinado", respondeu a senadora paulista. A troca de farpas continuou com novo pedido de calma de Lindbergh Farias. "Olha o machismo e se cuida", rebateu Marta.

Votação acordada

Após um acordo entre senadores governistas e da oposição há algumas semanas, ficou acertado que a votação do parecer produzido pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ocorreria nesta terça após debate de no máximo 90 minutos.

A presidente da CAS prometeu ser rígida com o tempo que será "marcado no relógio". Por isso, sugeriu na semana passada que parlamentares – especialmente da oposição, que tem marcada posição contra o projeto – "se organizassem" para que todos conseguissem falar no prazo determinado.

O relatório que foi votado nesta terça pede aprovação integral do projeto vindo da Câmara dos Deputados com a sugestão de alguns vetos. Essa foi a mesma recomendação dada pelo tucano Ferraço na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o texto foi aprovado.

Entre as alterações sugeridas, Ferraço pede veto à regra que prevê o contrato intermitente e sugere edição de uma medida provisória com salvaguardas ao trabalhador e regulamentação de setores que poderão usar esse tipo de contrato.

O senador solicita também rejeição à nova regra para o trabalho insalubre para gestantes e lactantes e afirma ser contra a revogação dos 15 minutos de intervalo para mulheres antes da hora extra. Para evitar precarização das condições de trabalho, o relatório pede ainda veto e futura regulamentação sobre a redução do horário de almoço para 30 minutos.

Participantes de audiência afirmam que não há apoio da OIT à reforma trabalhista

20/06/2017 – Fonte: Senado Notícias

- [PLC 38/2017](#)

Convidados de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), nesta segunda-feira (19), apontaram como falsas as afirmativas de que o projeto da reforma trabalhista ([PLC 38/2017](#)) obteve a chancela da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para os convidados, além de nunca ter existido manifestação de apoio de qualquer instância da OIT à proposta, as linhas da reforma colidem frontalmente com princípios consagrados nas convenções internacionais criadas a partir dos esforços

dessa agência, braço da Organização das Nações Unidas (ONU) para questões de trabalho.

Foi lembrado que a OIT, por meio de sua Comissão de Peritos, divulgou relatório após a recente Conferência de Genebra no qual condena a aplicação da negociação coletiva com o objetivo de flexibilizar direitos definidos em lei, na linha que estaria sendo seguida pela reforma brasileira.

De acordo com o representante do Ministério Público do Trabalho, Renan Bernardi Kalil, o comitê deixou claro que a negociação coletiva foi concebida para estabelecer condições de trabalho mais favoráveis do que aquelas estabelecidas em lei, "não para rebaixar direitos".

- Cria-se uma situação em que trabalhadores não vão mais querer usar a negociação coletiva. O instrumento terá sua credibilidade afetada diante da sociedade, ficando prejudicado o processo de pacificação social, que é, afinal, o que se deseja - criticou.

A vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Noemia Aparecida Garcia Porto, foi enfática ao dizer que o projeto afronta tanto a Constituição como as Convenções da OIT, a exemplo da Convenção 98, que trata do direito de organização e de negociação coletiva.

Observou que o texto acaba com o sistema obrigatório de financiamento dos sindicatos, mas sem definir transição ou soluções alternativas. Na prática, concluiu, haverá o desmantelamento da representação dos trabalhadores, uma "ofensa à liberdade sindical".

- Preponderaria, sem dúvida, um sistema anômalo, muito mais grave para a liberdade sindical do que o atualmente vigente - afirmou.

Para Noemia, o resultado geral da reforma é a descaracterização do "caráter protetivo" do Direito do Trabalho no Brasil. Como exemplo, destaca a precarização das normas relativas à segurança e saúde no trabalho, com a admissão da possibilidade de negociação sobre o grau de insalubridade, o pagamento por produtividade e a prorrogação da jornada em ambientes insalubres sem licença prévia dos órgãos competentes.

Críticas a relator

A audiência foi sugerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que também dirigiu os trabalhos. O objetivo foi debater as reformas previdenciária e trabalhista, esta com base em princípios definidos em diversas convenções da OIT. Logo no início foi lembrado que a suposta chancela da OIT ao projeto da reforma trabalhista constou do relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde a matéria já foi aprovada. Ferraço também é o relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que deve votar a proposta nesta terça-feira (20).

Antônio Lisboa, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), disse que habitualmente a OIT relaciona casos para debate durante suas conferências e que, a partir de denúncia feita pelas centrais sindicais, a reforma trabalhista brasileira chegou a ser cogitada para entrar na lista desse ano, mas acabou ficando de fora dos 24 casos finalmente abordados. A seu ver, por "ignorância ou estupidez", o relator Ferraço interpretou que essa exclusão significou o arquivamento do caso e uma espécie de aval da entidade ao projeto.

- O que posso assegurar é que a imagem do governo brasileiro, se já era ruim, piorou ao se expor a organização internacional desse modo - afirmou.

Lisboa reconheceu que, de todo modo, a reforma em debate no país motiva atenção no exterior. Segundo ele, o "capital internacional" tem profundo interesse na

aprovação, pois o que passar no Brasil servirá de modelo para outras partes do mundo. Mas salientou que as centrais sindicais continuam firmes no propósito de derrubar a reforma, inclusive renovando a denúncia já feita à OIT caso o projeto seja aprovado.

Álvaro Egea, da Central dos Sindicatos Brasileiros também condenou a afirmativa de que a OIT apoia a reforma trabalhista. Disse que a proposta tem "vício de origem", pois não passou pelo "diálogo social". Segundo ele, as mudanças só atendem ao empresariado, interessado em acabar com as leis trabalhistas para restabelecer o "regime de escravidão" no país.

Greve geral

Paim, em diversos momentos, disse que o presidente Michel Temer não tem credibilidade para liderar reformas que afetam tão profundamente os direitos dos brasileiros. No caso da Previdência, voltou a condenar os argumentos de que o sistema seja deficitário, apontando como problema maior os desvios e a falta de gestão. Pediu para que os eleitores pressionem os senadores de seus estados para rejeitar a proposta, além de pedir apoio à próxima greve geral contra as reformas, programada para 30 de junho.

- Temer é quem está capitaneando as duas reformas. Faz delas seu 'cavalo de Troia', vendendo uma imagem bonita para liquidar os interesses do povo, tanto de quem trabalha quanto de quem um dia quer se aposentar – acusou Paim.

Para Alexandre Caso, da Intersindical - Central da Classe Trabalhadora, o que está acontecendo no país é continuidade de um "golpe". Observou que os brasileiros que elegeram a chapa da presidente Dilma Rousseff não votaram no programa de reformas que agora Temer, o vice "traidor", trabalha para aprovar.

Agenda de reformas parece estar 'preservada', diz Arthur Maia

20/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O relator da reforma da Previdência na Câmara, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), afirmou nesta segunda-feira, 19, que a agenda do governo no Congresso "parece estar preservada" após a "confusão política" causada pela delação dos empresários da JBS. O parlamentar declarou ser "razoável" a expectativa do governo em votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Previdência em agosto, no plenário da Casa.

"A agenda de reformas me parece estar preservada, basta termos articulação política e força para fazer com que ela a reforma da Previdência de fato aconteça", disse o relator durante palestra na Associação Comercial de São Paulo (ACSP). "Eu acho que até agosto, na Câmara, é uma data razoável para a gente ter esperança de aprovar", declarou.

Ele informou que agendou para a terça-feira, 20, uma conversa com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que vai assumir interinamente a presidência da República enquanto Michel Temer (PMDB) faz viagem ao exterior.

Para a reunião, o ministro da Secretaria de Governo, Antônio Imbassahy (PSDB), também foi chamado. Segundo o relator, o tempo "milita contra a reforma" à medida em que se aproxima 2018, ano de eleições presidenciais.

Processo

O deputado citou que nos próximos dias a Câmara deve receber o pedido de autorização para abertura de processo contra o presidente Michel Temer no Supremo Tribunal Federal (STF) após as delações da JBS. Membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que tem o papel de votar o pedido antes do plenário, Maia

disse que deseja que o presidente Michel Temer termine o mandato no fim do ano que vem. "Mas não tenho condições de afirmar que ele vai permanecer", ponderou.

O relator admitiu que o clima político após as delações da JBS não é de normalidade, mas que a base do presidente Temer no Congresso não está ameaçada. Diante do desgaste que o peemedebista sofreu, o relator afirmou que "o protagonismo do Legislativo precisa ser maior para compensar o enfraquecimento do Executivo neste momento".

O deputado negou que haja uma negociação para desmembrar a reforma após as delações da JBS. "Isso tudo é mentira. Não houve nenhuma discussão de mérito desde a delação da JBS". Ele disse ainda que "claramente" há um confronto entre o Executivo e o Ministério Público no atual contexto político.

Previdência

Arthur Maia afirmou que a reforma precisa ser aprovada neste ano. "A economia vai pagar um preço altíssimo se não realizarmos a reforma da Previdência este ano", declarou. Ele chegou a citar que a medida pode até ficar para ter andamento no próximo governo, em 2019. "Mas aí não serão mais 13 milhões de desempregados, serão 20 milhões."

O deputado pediu o apoio dos empresários para divulgar que a proposta é necessária ao País. Nesse contexto, ele afirmou que conversou com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e que a entidade vai lançar nos próximos dias uma campanha publicitária com o tema "Vamos salvar a reforma".

Servidores

Presentes na reunião da ACSP, o relator, o deputado Heráclito Fortes (PSB-PI) e o ex-ministro da Previdência Roberto Brant fizeram coro para criticar os servidores públicos que trabalham contra a reforma. Brant chegou a dizer que as delações da JBS foram divulgadas em um "timing" determinado como parte de articulação dos procuradores para inviabilizar a aprovação da medida no Congresso.

Em resposta, Arthur Maia disse que funcionários públicos agem com "cinismo" para rejeitar o texto. "É de um cinismo as colocações desse povo que dá nojo", declarou. "Procuradores e juízes vão debater na comissão e defendem o proletariado, mas aí vão no meu gabinete e aí é 'primeiro a minha solução, o meu contracheque, depois o resto.'"

Eleições indiretas

O deputado baiano afirmou ter garantias que, mesmo que o presidente Michel Temer saia do poder, a base governista permanecerá no Congresso – o que garantiria o andamento da reforma da Previdência. Ele afastou a possibilidade de os congressistas aprovarem uma PEC para realizar eleições diretas em caso de vacância do poder.

Sobre a possibilidade de eleições indiretas, Maia disse que a atual base governista vai eleger um presidente e que a oposição não terá mais do que 130 votos na Câmara e no Senado.

Mudanças

Durante a palestra, o deputado voltou a falar que, com as mudanças feitas pela Câmara após a apresentação do projeto original, o potencial de economia para o sistema previdenciário em 10 anos caiu de R\$ 800 bilhões para R\$ 600 bilhões. Mesmo assim, reforçou, a previsão é que os gastos com a Previdência em proporção ao orçamento federal caiam a partir de 20 anos.

Entre as mudanças, estão a alteração da idade mínima de aposentaria para trabalhadores rurais, de 65 para 60 anos, e a continuidade da vinculação do Benefício

de Prestação Continuada (BPC) com o salário mínimo – que havia sido excluída pelo governo. Além disso, a idade mínima para mulheres foi alterada de 65 para 62 anos.

Quanto à idade mínima para mulheres, o relator afirmou que a alteração foi feita a pedido do presidente Michel Temer (PMDB) para dar viabilidade à aprovação do texto. “Foi um ingrediente muito mais de buscar aprovação do que consciência do relator.”

“O fato é que as mudanças foram fruto justamente da posição dos parlamentares e da conciliação entre a necessidade fiscal do País e a realidade política e social que nós vivemos”, afirmou Maia.

Relator diz que há possibilidade de ‘eventual mudança’ em reforma em plenário

20/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

Após absorver uma série de alterações na reforma da Previdência que o governo federal enviou ao Congresso, o relator da proposta na Câmara, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), afirmou nesta segunda-feira, 19, que a base governista articula mais uma concessão a ser feita durante a apreciação do texto no plenário da Casa.

Em palestra na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), o relator disse que, por parte da base do presidente Michel Temer (PMDB), será admitida apenas mais uma alteração em relação ao que foi aprovado na comissão especial: a concessão de uma regra de transição para trabalhadores que entraram no serviço público antes de 2003.

Atualmente, servidores que entraram na carreira antes de 2003 têm direito à integralidade do salário quando se aposentam e à paridade dos reajustes concedidos aos servidores na ativa.

Pelo parecer do relator aprovado na comissão especial, esses servidores só poderão se aposentar aos 65 anos (homens) e 62 (mulheres) de idade.

Agora, o deputado Arthur Maia admite que pode enquadrar esses servidores em uma regra de transição, porém, “mais dura” do que os trabalhadores do regime geral. Isso permitirá que um servidor pague um “pedágio” de 50% sobre o tempo de contribuição que falta para a aposentadoria e se aposente aos 60 anos. Para o regime geral, o pedágio foi estipulado em 30%.

“A eventual mudança é que essas pessoas que entraram antes de 2003 e têm direito à integralidade e à paridade, ao invés de se aposentarem aos 65, eles se aposentariam com uma regra de transição que colocaria o tempo que falta mais 50%”, disse o relator.

Ele declarou que essa é a única mudança que a base governista vai apoiar no plenário e apresentar em formato de emenda. “Até porque não depende mais de mim, eu não posso criar uma mudança e colocar no texto”, afirmou.

O deputado classificou a votação do texto no plenário da Câmara como o “grande embate” do governo e disse que, se aprovado o texto na Casa, a reforma será aprovada no Senado mais facilmente do que na Câmara.

Senadores

O relator afirmou ainda ser pouco provável incluir propostas de senadores no plenário da Câmara para evitar que o texto sofra modificações quando chegar ao Senado. A articulação foi feita na reforma trabalhista. “Partindo da base, acho pouco provável. Durante a elaboração do parecer, eu já absorvi algumas opiniões de senadores”, afirmou.

Ele acrescentou que o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), participou intensamente dos debates para costurar o texto na Câmara.

Janot

O deputado comentou as recentes polêmicas envolvendo o presidente Michel Temer e procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Durante a reunião da ACSP, o ex-ministro da Previdência Roberto Brant chegou a dizer que as delações da JBS foram divulgadas em um "timing" determinado como parte de articulação dos procuradores para inviabilizar a aprovação da medida no Congresso.

O relator admitiu que essa tese "está colocada no Brasil inteiro", mas que não queria ser o autor de nenhuma "teoria da conspiração". "Mas, obviamente, esse clima que estamos vivendo do Brasil tem sido sempre uma noção policialista que tem se colocado acima das necessidades do País", ponderou.

Ele negou, no entanto, saber de alguma articulação para aprovar um pedido de impeachment contra Rodrigo Janot, como relevou a Coluna do Estadão, do jornal O Estado de S. Paulo. "Eu não tenho nenhuma informação sobre isso. A minha atuação tem sido voltada pela aprovação da reforma da Previdência", disse Maia.

Para relator, é difícil votar a reforma antes de eventual denúncia contra Temer

20/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O relator da reforma da Previdência na Câmara, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), disse nesta segunda-feira, 19, que a proposta deverá ser votada no plenário da Casa somente após a apreciação da eventual denúncia contra o presidente Michel Temer (PMDB) pelos deputados.

A autorização deverá ser apresentada pela Procuradoria-Geral da República e precisa ser admitida pela Câmara.

Na terça, o relator vai se reunir com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que assumirá a presidência da República durante a viagem de Michel Temer (PMDB) ao exterior, e com o ministro da Secretaria de Governo, Antônio Imbassahy (PSDB), para definir um calendário de votação.

A base governista está na expectativa de receber o pedido de autorização do processo contra Temer nos próximos dias. Para o presidente virar réu no Supremo Tribunal Federal (STF), é preciso o voto de 352 deputados pela admissibilidade.

Como Rodrigo Maia já declarou, a ordem é que o pedido seja analisado rapidamente. "Eu acho que é isso que tem que ser feito", opinou Arthur Maia. Ele deu uma palestra na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), na manhã desta segunda-feira.

"Eu acho que é difícil votar a reforma antes da denúncia", afirmou o parlamentar em entrevista coletiva após a palestra. "Então votaremos a denúncia e em seguida daremos sequência à reforma."

O deputado disse que mantém a expectativa de votar a medida no plenário da Câmara em agosto, mas que a decisão caberá ao presidente da Casa, Rodrigo Maia.

Tempo milita contra reforma da Previdência, diz relator

20/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo/ BBC



Quanto mais perto das eleições de 2018, mais difícil será a aprovação da reforma da Previdência, disse o relator do projeto na Câmara, deputado Arthur Maia (PPS-BA) nesta segunda (19).

Segundo Maia, muitos congressistas temem prejudicar sua votação no próximo ano caso votem a favor da reforma.

"O tempo milita contra nós porque há esse sentimento de autopreservação individual e ainda eleição ano que vem. Claro que isso milita contra reforma", afirmou em palestra na Associação Comercial de São Paulo.

Por isso, Maia considera agosto uma "data razoável" para ter "esperança de aprovar". Depois disso, a proximidade das eleições deve tornar cada vez mais difícil o avanço do projeto.

O relator também admitiu que a atual crise política que atinge o governo Michel Temer, acusado de corrupção pelo empresário Joesley Batista, dono da JBS, influencia a tramitação da proposta.

"Qual é a viabilidade de aprovarmos a reforma com essa crise política? Todos sabemos da dificuldade imensa que está sendo a vida no Congresso", afirmou.

Ele disse que a reforma só deve ir a plenário depois da votação da denúncia contra o Presidente da República, que deve ser apresentada pelo procurador-geral Rodrigo Janot nos próximos dias.

Maia disse "não ter condições de afirmar" que Temer continuará na presidência, mas que, independentemente da manutenção do peemedebista no cargo, o tamanho da base aliada permanece inalterado.

Isso cria um novo equilíbrio de forças, em que passa a depender sobretudo do Legislativo a aprovação da reforma.

"Temos que entender que o protagonismo do Legislativo terá que ser muito maior para compensar enfraquecimento do Executivo nesse momento", disse.

Maia também rejeitou a hipótese de organização de eleições diretas para substituição de Temer caso ele venha a ser afastado ou renuncie. Nesse caso, o Congresso elegeria um novo presidente para um mandato tampão em eleições indiretas, defendeu.

"Numa eleição indireta, essa base de apoio fará o novo presidente, e não a oposição. A agenda das reformas me parece preservada", afirmou.

INTEGRALIDADE

Um dos pontos do parecer aprovado na comissão especial de reforma na Previdência que pode ser alterado no plenário é a criação de uma regra de transição para servidores públicos que ingressaram na carreira antes de 2003.

Esses servidores têm direito a integralidade e paridade na aposentadoria em relação ao salário recebido por quem está na ativa. Caso a reforma seja aprovada, eles poderão se aposentar com esses direitos aos 65 anos.

Uma mudança aventada pelo relator seria a criação de uma regra de transição para quem está nessas condições, em que o servidor poderia se aposentar com 60 anos cumprido pedágio de 50% sobre o tempo que falta para se aposentar pelas regras atuais.

Retomada da economia pode ser mais (ou menos) demorada que a antecipada, diz Ilan

20/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, disse nesta segunda-feira, 19, em São Paulo, que a retomada da economia pode ser mais (ou menos) demorada que a antecipada. O comentário, feito a uma plateia de investidores em evento do Bradesco, retoma ideia contida nos comunicados mais recentes do BC.

De acordo com Ilan Goldfajn, “a manutenção, por tempo prolongado, de níveis de incerteza elevados sobre a evolução do processo de reformas e ajustes na economia pode ter impacto negativo sobre a atividade econômica”.

Desde que estourou a crise política trazida pelas delações de executivos da JBS, o BC tem externado preocupações quanto ao efeito da turbulência sobre o andamento das reformas – em especial, da Reforma da Previdência, que tramita na Câmara.

“O fator de risco principal é o aumento de incerteza sobre a velocidade do processo de reformas e de ajustes na economia”, disse Ilan. “Isso se dá tanto pela maior probabilidade de cenários que dificultem esse processo quanto pela dificuldade de avaliação dos efeitos desses cenários sobre os determinantes da inflação.”

Entre os determinantes da inflação, Goldfajn citou a atividade econômica, as expectativas de inflação, as estimativas da taxa de juros estrutural e os preços de ativos financeiros relevantes.

“É necessário acompanhar possíveis impactos do aumento de incerteza recente sobre a trajetória prospectiva da inflação”, disse o presidente do BC. “Por um lado, a manutenção, por tempo prolongado, de níveis de incerteza elevados sobre a evolução do processo de reformas e ajustes na economia podem ter impacto negativo sobre a atividade econômica e, portanto, desinflacionário.

Por outro lado, o impacto da incerteza sobre a formação de preços e sobre as estimativas da taxa de juros estrutural pode ter impacto oposto”, disse. Para ele, as projeções condicionais do Copom envolvem hoje maior grau de incerteza.

Em outro ponto de sua fala, ele reafirmou que a desinflação de alimentos e de preços industriais pode ter efeitos “secundários” na inflação. “Notadamente, pode contribuir para quedas adicionais das expectativas de inflação e da inflação em outros setores da economia”, disse.

Ao abordar o cenário externo, Ilan Goldfajn retomou a ideia de que, apesar de favorável no momento, ele apresenta “considerável grau de incerteza e pode dificultar o processo de desinflação”.

China

O presidente do Banco Central citou que existem hoje incertezas sobre a China, a evolução dos preços das commodities e o apetite ao risco por ativos de economias emergentes.

Além disso, pontuou que persistem as incertezas quanto à implementação e às possíveis repercussões externas da política econômica do novo governo nos Estados Unidos, na área do comércio internacional, de estímulos fiscais, desregulamentação financeira e outros.

Em seu discurso, ele afirmou ainda que, a despeito das incertezas sobre o cenário externo, tanto os EUA quanto outras economias centrais vêm retomando o crescimento.

Ao mesmo tempo, ele voltou a destacar o balanço de pagamentos confortável do Brasil, o câmbio flutuante como "primeira linha de defesa contra choques externos e as reservas internacionais, que ultrapassam os US\$ 375 bilhões.

BNDES aprova empréstimos de R\$ 1 bi para 3 complexos de energia eólica

20/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou nesta segunda-feira, 19, a aprovação de empréstimos que somam no total R\$ 1,037 bilhão para três complexos de geração de energia eólica, dos grupos EDF, Enel e Aliança, sociedade da mineradora Vale com a Cemig.

A EDF EN do Brasil contratará empréstimo de R\$ 486,4 milhões para a construção dos parques eólicos Ventos da Bahia I, III, IX e XVIII, no município de Mulungu do Morro (BA). O projeto inclui o respectivo sistema de transmissão. Com 53 aerogeradores, o empreendimento terá potência instalada de 116,6 MW, comercializada no Leilão de Energia de Reserva de novembro de 2015, informou o BNDES.

Já a Enel Green Power Brasil terá de R\$ 307,8 milhões para implantação dos parques eólicos Delfina III, IV, VI e VII no município de Campo Formoso (BA), e também do sistema de transmissão. O empreendimento, com 48 aerogeradores, terá potência instalada total de 96 MW, cuja energia, segundo o BNDES, será comercializada no mercado livre.

Por fim, a Aliança terá um financiamento de R\$ 243,5 milhões para a construção dos parques eólicos Santo Inácio III e IV, Garrote e São Raimundo, em Icapuí (CE).

O empreendimento também inclui o sistema de transmissão associado e terá potência instalada de 98,7 MW, todos destinados ao consumo da Vale, segundo o BNDES.

Indicador de atividade econômica cresce 0,2% em abril ante março, diz Serasa

20/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

A economia continuou a crescer no início do segundo trimestre, conforme o indicador Serasa Experian de Atividade Econômica. O avanço registrado em abril ante março foi de 0,2%, com ajuste sazonal. No terceiro mês de 2017, o índice, nessa base de comparação, havia subido 0,1%. Em relação ao mesmo mês de 2016, o PIB mensal da Serasa mostrou retração, de 0,2%, assim como no acumulado do ano (0,3%) e em 12 meses (2%).

"O segundo trimestre deste ano abriu com a atividade econômica em alta, na esteira do bom desempenho do primeiro trimestre, impulsionada pela tendência de queda da inflação e das taxas de juros, bem como do ligeiro aumento do grau de confiança tanto dos consumidores quanto das empresas", comentaram, em nota, os economistas da Serasa sobre o avanço na margem.

Do lado da oferta, a instituição afirmou que o resultado positivo em abril foi impulsionado pela atividade industrial (0,8%) e pelo setor de serviços (0,3%) no período. Já a agropecuária, que teve forte crescimento no primeiro trimestre do ano, recuou 0,4% em abril ante março.

Já a demanda foi orientada na margem pela alta de 1,3% nas exportações, de 0,9% nos investimentos e de 0,3% no consumo das famílias. Em contrapartida, houve queda no consumo do governo (-0,7%) e aumento das importações (1,2%).

No primeiro quadrimestre do ano, a agropecuária ainda registra expansão expressiva, de 15,8%, enquanto a indústria e os serviços acumulam quedas de 1,8% e 1,6%, respectivamente. Nessa base de comparação, todos os componentes da demanda recuaram: consumo das famílias (-1,6%), consumo do governo (-1,7%), investimentos (-4,5%), exportações (-0,2%) e as importações, que entram com sinal negativo no PIB, cresceram 6,6%.

Copom entendeu que redução moderada de ritmo deve se mostrar adequada, diz Ilan

20/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, disse nesta segunda-feira, 19, em São Paulo, que o Comitê de Política Monetária (Copom) entendeu, em sua última reunião, “que uma redução moderada do ritmo de flexibilização monetária em relação ao ritmo adotado deve se mostrar adequada em sua próxima reunião”. O próximo encontro do colegiado ocorre em julho.

O comentário de Goldfajn, feito a uma plateia de investidores em evento do Bradesco, retoma ideia contida nas últimas comunicações do BC, inclusive a ata do encontro mais recente do Copom. “Naturalmente, o ritmo de flexibilização continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, de possíveis reavaliações da estimativa da extensão do ciclo e das projeções e expectativas de inflação”, pontuou Ilan.

O presidente do BC voltou a afirmar ainda que a extensão do ciclo de corte de juros vai depender da evolução da atividade econômica, dos fatores de risco e das projeções e expectativas de inflação para 2018 e 2019. Dependerá ainda, de acordo com ele, das estimativas da taxa de juros estrutural da economia – a taxa que, em tese, permite crescimento sem gerar inflação.

“O aumento recente da incerteza associada à evolução do processo de reformas e de ajustes necessários na economia brasileira dificulta a queda mais célere das estimativas da taxa de juros estrutural e as torna mais incertas”, disse Ilan Goldfajn. “Essas estimativas naturalmente envolvem incerteza e poderão ser reavaliadas ao longo do tempo.”

Ainda assim, ele afirma que o cenário atual prescreve a continuidade do ciclo de cortes de juros, “já considerando os atuais riscos em torno do cenário e as estimativas de extensão do ciclo”. A continuidade é possível em função das expectativas de inflação ancoradas, das projeções de inflação em torno da meta para 2018 e um pouco abaixo da meta para 2017, e do elevado grau de ociosidade na economia.

Ilan destacou ainda que o BC tem procurado comunicar “a racionalidade econômica que guia suas decisões, explicitando as condicionalidades que determinam a evolução da política monetária”. Isso, segundo ele, contribui para aumentar a transparência e melhorar a comunicação do Comitê de Política Monetária (Copom).

O presidente do BC repetiu ainda a ideia de que a flexibilidade do regime de metas de inflação permite adequar a política monetária aos possíveis cenários prospectivos.

Além disso, pontuou novamente que “não há relação direta e mecânica entre o aumento de incerteza e a política monetária”.

Selic está em queda em face de expectativa ancorada e inflação em baixa, diz Ilan

20/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, voltou a destacar nesta segunda-feira, 19, em São Paulo, que a Selic (a taxa básica de juros) está em processo de queda, “em face das expectativas de inflação ancoradas em torno da meta, da inflação em queda, e do alto grau de ociosidade na economia”.

Para uma plateia de investidores, durante evento organizado pelo Bradesco, Ilan afirmou ainda que as taxas de juros reais (juros nominais menos inflação) também estão em queda, “apresentando valores próximos aos mínimos históricos”.

“O patamar atual de taxa de juros real (4,3% – 5,2%) é baixo do ponto de vista histórico”, disse Goldfajn. “A taxa de juros real na economia brasileira oscilou nas últimas décadas, mas apresenta clara tendência de queda.

As taxas reais acima de 20% na década de 90 passaram para em torno de 10% na década passada e chegaram a uma média de 5% nos últimos anos (considerando o período insustentável de juros reais de 2% no governo anterior)”, acrescentou.

Ciclo

O presidente do Banco Central afirmou também que o cenário básico da instituição prescreve continuidade do ciclo de distensão da política monetária, já considerando os atuais riscos em torno do cenário e as estimativas de extensão do ciclo.

“A flexibilidade do regime de metas para a inflação permite adequar a política monetária aos possíveis cenários prospectivos”, afirmou Ilan Goldfajn, para a plateia de investidores em evento organizado pelo banco Bradesco.

Segundo ele, as taxas de juros real (descontada a inflação) e nominal têm recuado no Brasil, sendo que nos últimos meses a Selic (a taxa básica) recuou 400 pontos-base (4 pontos percentuais) e “há expectativa de quedas adicionais à frente”.

Atualmente, a Selic está em 10,25% ao ano. “As taxas de juros reais também recuaram de valores próximos a 9% a.a. em setembro de 2015 para a faixa de 4,3% a 5,2% atualmente”, pontuou.

O presidente do BC afirmou ainda, retomando ideia já presente em comunicações recentes da instituição, que “a evidência empírica tem novamente corroborado a importância da atuação da política monetária, e da política econômica de forma geral, para o controle da inflação”.

‘Amortecedores robustos’

Além disso, Ilan Goldfajn voltou a citar que o Brasil tem “amortecedores robustos” e está menos vulnerável a choques, sejam eles internos ou externos. “Vários ajustes e reformas aumentaram a confiança e reduziram a percepção de risco”, disse o presidente do BC.

“A continuidade nessa direção, em especial com a aprovação da reforma da Previdência e de outras reformas que visam aumentar a produtividade será importante para a sustentabilidade da desinflação e da queda da taxa de juros estrutural da economia.”

FGV: IPC-S da 2ª quadrissemana de junho cai em todas as 7 capitais analisadas

20/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

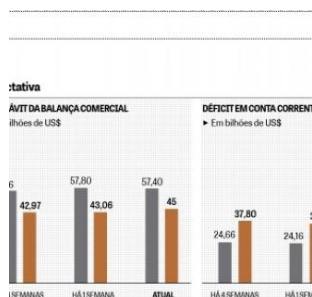
O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), caiu em todas as sete capitais pesquisadas na segunda quadrissemana de junho em relação à leitura anterior, divulgou a instituição nesta terça-feira, 20. No geral, o IPC-S desacelerou de 0,39% para 0,13% entre os dois períodos.

A taxa de variação do IPC-S recuou em Salvador (0,63% para 0,39%), em Brasília (0,08% para -0,03%), em Belo Horizonte (0,04% para -0,30%), Recife (1,01% para 0,57%), Rio de Janeiro (0,20% para -0,06%), Porto Alegre (0,38% para 0,18%) e São Paulo (0,48% para 0,21%).

Volatilidade cambial impactará pouco balança comercial do País neste ano

20/06/2017 – Fonte: GS Notícias

Projeção para a taxa de câmbio média foi de R\$ 3,17 para R\$ 3,24 em um mês, segundo relatório de mercado Focus do Banco Central, porém o setor externo deve ser influenciado por demanda



Ainda sob o efeito da instabilidade política, o Relatório Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC) apontou nova alta na projeção para a taxa de câmbio média do País neste ano. Porém, a volatilidade da moeda deve impactar pouco a balança comercial.

Há quatro semanas, as expectativas dos especialistas consultados pelo BC eram de um câmbio médio a R\$ 3,17, que subiu para R\$ 3,22 na última semana e está atualmente em R\$ 3,24.

Apesar de poder favorecer algumas empresas exportadoras, a alta da moeda pode ser um problema para companhias com dívida em dólar.

"A elevação [do dólar] beneficia quem já está com o contrato vigente, pois, com isso, ele consegue aumentar o retorno via câmbio. A alta da moeda também tende a melhorar a exportação dos produtos que somos fortes, que são os agrícolas", avalia o professor de economia da Universidade de Brasília, Victor Gomes.

"Por outro lado, temos muita dívida em dólar das companhias, bem elevadas, e sustentar isso representa um problema", complementa.

A demanda externa, que esboça caminho de retração, ainda pode significar um fator de influência maior que a volatilidade cambial.

"O câmbio ajuda, mas não é o fator principal. Pode acontecer uma retração por causa da queda da demanda de commodities - o produto que mais exportamos -, principalmente no mercado chinês", aponta o professor de economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), José Nicolau Pompeo.

"A economia chinesa passa por um processo de desaquecimento e, portanto, está importando menos commodities, cujos preços vem caindo por causa da baixa da demanda. A economia internacional entra agora em uma fase muito delicada", aponta o professor da PUC, José Nicolau Pompeo.

Entretanto, o Brasil pode viver um dos seus melhores momentos no setor externo, que não deve mais ser um empecilho para a retomada da economia. "O nível de vulnerabilidade externa do Brasil é baixo se comparado ao passado. E isso ocorre em um momento de crise econômica", comenta o também professor de economia da PUC, Antonio Carlos Alves dos Santos.

Ainda segundo o relatório do Banco Central, a conta corrente, apesar de ainda estar negativa, sofreu uma leve melhora. A projeção atual é de déficit de R\$ 23,5 bilhões em comparação com R\$ 24,66 bilhões, estimado há quatro semanas pelo mercado. Investimento direto

De acordo com o Relatório Focus, as expectativas para o investimento direto no Brasil caíram, saindo de R\$ 79,5 bilhões há quatro semanas para R\$ 78,57 bilhões segundo a última avaliação. De acordo com os especialistas, a incerteza no setor externo pode levar investidores a procurarem mercados de menor risco.

"Essa incerteza na economia mundial leva o capital a migrar para áreas de menor risco e mais rentáveis. Pode acontecer uma migração para os Estados Unidos ou mercados onde o risco seja similar. O Brasil tem alto risco político, como a instabilidade do momento e desemprego elevado", diz Pompeo.

Balança comercial

No relatório do BC, as expectativas para a balança comercial registraram crescimento, indo de R\$ 56 bilhões, há um mês, para R\$ 57,4 bilhões, na atual previsão para 2017.

Na terceira semana de junho, a balança registrou um superávit de US\$ 1 363 bilhão, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

O saldo vem de exportações de US\$ 3,8 bilhões e importações de US\$ 2,5 bilhões. No acumulado das três primeiras semanas de junho, o superávit foi de US\$ 3,5 bilhões. No ano, a balança tem superávit de US\$ 32,6 bilhões.

Definição de regras para concessões e privatizações está avançando, diz Meirelles

20/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, usou nesta segunda-feira, 19, seu perfil no Twitter para afirmar que a definição de regras para concessões e privatizações "está avançando". Ele citou oportunidades em projetos nas áreas de energia, petróleo, rodovias e ferrovias, com regras claras para os investidores.

"O governo prevê leilões de exploração de petróleo para 2017, 2018 e 2019. Haverá previsibilidade para os investidores", disse o ministro na rede social. "É essencial atrair capital privado para aumentar investimentos em infraestrutura. O BNDES continuará com papel relevante no financiamento", completou.

No último Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, publicado no fim de maio, a equipe econômica projetou uma arrecadação de R\$ 27,951 bilhões em concessões em 2017. Por exemplo, a previsão de receitas do bônus de assinatura referente à 3ª rodada de licitação de áreas de produção de petróleo, sob regime de partilha, é de R\$ 4,3 bilhões.

MEI poderá parcelar débitos em até 120 parcelas

20/06/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

O Comitê Gestor do Simples Nacional fixa regras para parcelamento de débitos de Microempreendedor Individual

A autorização para parcelamento dos débitos do MEI, veio com a publicação da Resolução CGSN nº 134 (DOU de 16/06).

Os débitos apurados na forma do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional – SIMEI, pelo Microempreendedor Individual (MEI), poderão ser parcelados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), respeitadas as disposições constantes desta Resolução, observando-se que:

- I – o número máximo de parcelas será de até 120 (cento e vinte), mensais e sucessivas;
- II – poderão ser parcelados débitos vencidos até a competência de maio/2016;
- III – o valor de cada parcela mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado;
- IV – o pedido de parcelamento deferido importa confissão irretratável do débito, configura confissão extrajudicial e condiciona o sujeito passivo à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Resolução.

Condição para parcelamento

É condição para o parcelamento dos débitos, a apresentação da Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) relativa aos respectivos períodos de apuração.

Valor mínimo de cada parcela

A dívida objeto do parcelamento será consolidada na data de seu requerimento e será dividida pelo número de prestações que forem indicadas pelo sujeito passivo, não podendo cada prestação mensal ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Prazo para solicitar parcelamento

O parcelamento poderá ser solicitado no período de 90 (noventa) dias a partir da sua disponibilização indicada na respectiva normatização específica, no sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil.

Tarifa na autoprodução suscita debate acalorado

20/06/2017 – Fonte: GS Notícias

Na extensa lista de propostas discutidas no âmbito do Gás Para Crescer, nenhuma tem gerado mais calor nos debates do que as regras válidas para o mercado livre e para a autoprodução de gás (quando um agente utiliza parte de sua produção dentro de suas próprias instalações industriais).

Distribuidoras e produtores, encabeçados pela Petrobras, travam uma disputa em torno de tarifas de dezenas de milhões de reais pagas por refinarias e termelétricas às concessionárias estaduais. Pela legislação, mesmo que tenha investido com recursos próprios numa rede dedicada exclusivamente ao abastecimento de sua própria unidade, um consumidor livre (ou autoprodutor ou autoimportador de gás) paga à distribuidora uma tarifa pela operação e manutenção da infraestrutura.

Isso porque esses ativos são entendidos como "serviços locais de gás canalizado", sujeito, pela Constituição, ao monopólio dos Estados. A Petrobras, no entanto, queixa-se de pagar R\$ 12 milhões por ano pela refinaria Reman, em Manaus, que é suprida por uma pequena rede investida com capital próprio e que não passa pela malha da distribuidora local.

No Rio, onde os ramais foram investidos pela CEG, a estatal considera desproporcional o pagamento de R\$ 182 milhões em 2015, pela operação e manutenção de 32 quilômetros de ramais dedicados que abastecem as usinas. A Eneva, que opera as térmicas do Parnaíba, também se queixa de ter de remunerar a Gasmar, por uma rede própria.

A Petrobras e os demais produtores de gás, representados pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), defendem que aquelas redes de atendimento exclusivo ao autoprodutor ou autoimportador não podem ser consideradas serviços de distribuição de gás canalizado e pedem que seja vedada qualquer cobrança de tarifa pelas concessionárias por esses ativos.

Durante as discussões técnicas do Gás Para Crescer, a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) chegou a se retirar dos debates, argumentando que as mudanças propostas são inconstitucionais. A entidade alega que a Constituição, que garante ao Estado o monopólio da distribuição, "não admite exceções" quanto às características do usuário final abastecido pelos serviços de gás canalizado.

Já as indústrias defendem ajustes menos radicais no marco. O grupo também questiona a "desproporcionalidade" das tarifas de operação e manutenção pagas pelos potenciais clientes livres e defende que a remuneração às distribuidoras respeite os princípios da "razoabilidade, transparência, publicidade e às especificidades de cada instalação".

Em alguns Estados, um consumidor livre paga a mesma tarifa de operação e manutenção que o cliente cativo. Uma das propostas é que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) defina diretrizes para a construção de regras mais harmônicas.

Uma das grandes queixas no setor é que nem todos os Estados possuem agências reguladoras e legislações para o mercado livre e que, aqueles que as tem, são muito divergentes e, em alguns casos, adotam regras que inibem o desenvolvimento do mercado.

"Em São Paulo, a legislação já tem seis anos, mas o mercado livre não se desenvolveu porque falta diversidade na oferta de gás. A culpa não é das legislações necessariamente", ressalva o consultor Zevi Kann, da Zenergás.

Carro autônomo estimula novos modelos de negócios

20/06/2017 – Fonte: GS Notícias

A mobilidade vai mudar padrões de longa duração da propriedade, manutenção, operação e uso de carros, e já começa a transformar essa indústria. Um estudo apresentado recentemente pela Intel explora o potencial econômico que surgirá com os veículos autônomos, quando os motoristas se tornarem passageiros.

Com base nestes dados, a empresa de tecnologia prevê que a chamada "Economia de Passageiros" surgirá para suportar o tempo ocioso de quando os motoristas se tornarem passageiros em veículos autônomos e terá um forte crescimento de mercado, passando de US\$ 800 bilhões em 2035 para US\$ 7 trilhões até 2050. "As

corporações devem começar a contemplar os veículos autônomos em suas estratégias a partir de agora", sugere o CEO da Intel, Brian Krzanich.

Ele comenta que, menos de uma década atrás, ninguém estava considerando o potencial do mercado de aplicativos ou da economia de compartilhamento prestes a emergir. Ou seja, ninguém via isso acontecendo.

"É por isso que estamos iniciando a conversa sobre Economia de Passageiros, para despertar as pessoas para a quantidade de oportunidades que surgirão quando os carros autônomos se tornarem os dispositivos de geração de dados móveis mais poderosos que usamos, e as pessoas trocarem a direção por outra ocupação durante o percurso", analisa.

O estudo, encomendado pela Intel e preparado pela Strategy Analytics, projeta que as tecnologias de condução autônoma e das cidades inteligentes habilitarão a nova Economia de Passageiros gradualmente, reconfigurando indústrias inteiras e criando outras novas, graças ao adicional cognitivo e de tempo que ela desbloqueará.

A comercialização de veículos operados autonomamente ganhará força até 2040 - gerando uma fatia cada vez maior de valor projetado e anunciando o surgimento de serviços instantaneamente personalizados.

A expectativa, por exemplo, é que sejam criados diversos serviços de conveniência sobre rodas, como salões de beleza, rápidos jantares casuais e clínicas de saúde. Produtores de conteúdo e mídia desenvolverão formatos de conteúdo personalizados para combinar com períodos longos e curtos de deslocamento.

"A tecnologia autônoma estimulará uma mudança em diversas indústrias e definirá um novo cenário, cujos primeiros negócios surgirão no setor B2B", diz o coautor do estudo Harvey Cohen, presidente da Strategy Analytics.

Etanol apresenta maior competitividade desde setembro de 2016

20/06/2017 – Fonte: GS Notícias

A relação entre o preço do etanol hidratado e da gasolina no estado de São Paulo é a menor desde meados de setembro de 2016. Segundo dados da ANP, a paridade entre 4 e 10 de junho foi de 68,4%, com o preço da gasolina a R\$ 3,356/litro, e do etanol hidratado a R\$ 2,296/litro nas bombas.

Entre 5 e 9 de junho, o Indicador do etanol anidro foi de R\$ 1,5476/litro (sem PIS/Cofins), recuo de 1,85% frente à semana anterior. Além da oferta de combustível nacional, os volumes importados vêm abastecendo o mercado brasileiro, pressionando as cotações.

Além disso, a oferta de etanol hidratado de outros estados, como Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, também pressionou as cotações em SP. Com isso, o Indicador fechou a R\$ 1,3453/litro (sem ICMS e sem PIS/Cofins) de 5 a 9 de junho, ligeira queda de 0,29%.

VALORES: Segundo levantamento da ANP, de 4 a 10 de junho o valor mínimo do litro do etanol encontrado em Barretos foi de R\$ 2,09, o valor máximo de R\$ 2,49 e média de R\$ 2,32.

Quanto à gasolina, o valor mínimo apurado nos postos de combustíveis foi de R\$ 3,22, o máximo de R\$ 3,59 e média de R\$ 3,42.

Ação da fabricante de airbags Takata volta a desabar na Bolsa de Tóquio

20/06/2017 – Fonte: Isto 'E Dinheiro



A empresa japonesa Takata, acusada de vender durante anos airbags defeituosos em todo o mundo, que provocaram diversas mortes, viu sua ação desabar 16,5% nesta segunda-feira na Bolsa de Tóquio e poderia declarar falência nos próximos dias - AFP/Arquivos

A ação da fabricante japonesa de airbags Takata voltou a afundar na Bolsa de Tóquio, com uma queda de 19,80%, a 324 ienes.

A ação da Takata, acusada de vender durante anos airbags defeituosos em todo o mundo que provocaram diversas mortes, havia registrado baixa de 16,5% na segunda-feira.

De acordo com a imprensa japonesa, a empresa pode declarar falência nos próximos dias.

De acordo com o jornal econômico Nikkei, a declaração de falência, que deve passar por várias etapas no Japão, Estados Unidos e Europa, deve estar pronta antes da assembleia geral de acionistas, em 27 de junho.

O jornal afirma que a Takata tem dívidas de até um trilhão de ienes (quase 8 bilhões de euros).

A empresa, que está próxima de completar 80 anos, é acusada de ter dissimulado durante anos uma falha em seus airbags que provocava a explosão do equipamento, projetando fragmentos contra o motorista ou os passageiros.

Desde a divulgação do caso em 2014, quase 100 milhões de airbags da marca passaram por um recall, o maior número na história da indústria automobilística.

Até o momento foram registradas 16 mortes, 11 delas nos Estados Unidos.

Bosch investe € 1 bilhão em nova fábrica de semicondutores

20/06/2017 – Fonte: Automotive Business



Fábrica de semicondutores da Bosch em Reutlingen, na Alemanha

A Bosch anuncia que está investindo € 1 bilhão para a construção de sua segunda fábrica de semicondutores na Alemanha, desta vez em Dresden - a primeira fica na região de Reutlingen. Serão produzidos chips em disco de silício (conhecido como wafer) de base de doze polegadas para atender a crescente demanda pela internet das coisas (IoT) e para aplicações na área da mobilidade. A construção está prevista

para ser concluída em 2019 e as operações terão início no fim de 2021. Devem ser criados cerca de 700 novos empregos na região.

“A nova fábrica de semicondutores é o maior investimento da Bosch em mais 130 anos de história”, afirmou o presidente mundial do Grupo Bosch, Volkmar Denner.

“Os semicondutores são os principais componentes de todos os sistemas eletrônicos. Com o crescimento da conectividade e da automação, eles serão cada vez mais aplicados em diferentes áreas. Ao ampliar nossa capacidade de produção de semicondutores, estamos adquirindo uma base sólida para o futuro e fortalecendo nossa competitividade”, completou.

O ministério de Economia e Energia da Alemanha (BMWi) planeja apoiar o projeto, ainda sujeito à aprovação da Comissão Europeia. “Como uma região industrial, a Saxônia oferece excelentes condições para impulsionar nossa expertise em semicondutores”, ressalta o membro da direção mundial da Bosch, Dirk Hoheisel.

O setor de microeletrônicos de Dresden, também conhecido como Silicon Saxony, inclui ainda fornecedores automotivos e prestadores de serviços, bem como universidades que oferecem conhecimento técnico.

Além disso, o Hub de Iniciativas Digitais lançado pelo BMWi tem como objetivo tornar Dresden um ecossistema em IoT. A Bosch pretende contribuir com as empresas locais com o objetivo de consolidar a Alemanha e a Europa como uma região industrializada.

“Esta decisão fortalece a Europa como líder no setor de microeletrônicos a partir da Saxônia. Agradeço a Bosch por confiar na região, na sua força de trabalho e na inovação local. Desenvolver novos produtos para a internet das coisas e para a produção conectada estão entre os assuntos mais importantes para o setor de microeletrônicos e para a indústria europeia como um todo”, disse o primeiro-ministro da Saxônia, Stanislaw Tillich.

“A decisão da empresa em investir na Saxônia é muito bem-vinda. O fortalecimento da expertise em semicondutores na Alemanha e, conseqüentemente na Europa, é um passo muito importante para garantir e aumentar a competitividade do país, principalmente no que se refere a uma das principais tecnologias do futuro”, disse a ministra federal alemã de Economia e Energia, Brigitte Zypries.

De acordo com um estudo da PricewaterhouseCoopers, o mercado mundial de semicondutores deverá crescer mais de 5% por ano até 2019 com o fortalecimento dos segmentos de mobilidade e de IoT.

Empresas de autopeças buscam mercado dos EUA

20/06/2017 – Fonte: Automotive Business

Entre 24 e 28 de junho, empresas brasileiras de autopeças vão participar de visita a potenciais clientes nos Estados Unidos, mais exatamente nas cidades de Dayton e Cincinnati, Estado de Ohio, em evento organizado pela Dayton Development Coalition e da Cincinnati Regional Economic Development Initiative.

Os encontros pretendem promover parcerias, conhecer locais de instalação e obter informações sobre incentivos financeiros e tributários e assistência na obtenção de residência e cidadania estadunidense. Pelo menos sete empresas brasileiras dos setores automobilístico e aeroespacial confirmaram presença na missão empresarial.

Os representantes das companhias vão visitar a Dayton Air Show, a mais importante feira do setor nos Estados Unidos. A missão tem por objetivo abrir o mercado estadunidense para empresas destes setores, fazendo com que elas se tornem menos

dependentes da economia e dos fabricantes de automóveis e aviões brasileiros.

O programa inclui visita a empresas de ambos os setores na região de Dayton e Cincinnati, consideradas as principais locomotivas da indústria de manufatura nos Estados Unidos, e ainda locais de instalação, ao mesmo tempo em que receberá informações sobre incentivos financeiros e tributários para abrir filiais nos Estados Unidos.

"Acreditamos que o parque aeronáutico brasileiro não pode mais depender da Embraer - é hora de explorar o mercado dos Estados Unidos, o maior do mundo, que vende US\$ 605 bilhões de dólares anualmente e emprega 1,7 milhão de trabalhadores", disse Mitch Heaton, da Dayton Development Coalition.

"O mesmo se aplica ao setor automobilístico. Os Estados Unidos produzem mais de 14 milhões de carros todos os anos, sendo o maior produtor e consumidor de automóveis de todo o mundo", diz, deixando de lado os robustos números da China.

Heaton diz que Ohio é a melhor localização para empresas explorarem o mercado norte-americano, uma vez que as regiões de Dayton e Cincinnati estão a poucas horas de distância de pelo menos 60% do mercado comprador nos Estados Unidos.

Ohio também oferece financiamento a custos subsidiados, mão-de-obra especializada e competitiva, assessoria na busca, compra ou aluguel de espaços industriais e, principalmente, apresentação a fornecedores da indústria aeronáutica.

MAN passa a oferecer leasing operacional para linha VW

20/06/2017 - Fonte: Automotive Business



A partir deste mês, a MAN Latin America expande a modalidade de leasing operacional para a linha de caminhões Volkswagen, inclusive para o Constellation 25.420 V-Tronic. Antes, a montadora oferecia a linha de crédito apenas para a linha MAN TGX.

A mensalidade do leasing operacional é considerada como uma despesa de aluguel pelo cliente e o caminhão não faz parte dos seus ativos. Com isto, a operação não impacta sobre os índices financeiros. Além disso, as companhias que operam com regime de lucro real, sobre o qual incide o imposto de renda, podem utilizar o valor integral da parcela para deduzir a base do PIS/Cofins.

O leasing operacional oferece parcelas mensais fixas até 30% inferiores às do Finame e sem entrada e prestações mensais sem correção até o fim do contrato, com duração de 36, 48 e 60 meses de acordo com a necessidade do cliente.

Após esse período o cliente não precisa se preocupar com a revenda do usado, já que pode financiar o veículo pelo valor de mercado ou devolvê-lo e contratar um novo leasing. Dessa forma ele pode sempre operar com caminhões novos, se assim o desejar.

"Após o sucesso do leasing operacional para a linha MAN, ampliamos nosso portfólio para oferecer ao cliente VW uma ferramenta moderna e inovadora de investir em seus negócios, que traz não apenas uma nova experiência no modo de financiar seu caminhão como cuidar de sua manutenção e serviços", afirma o vice-presidente de

vendas, marketing e pós-vendas da MAN Latin America, Ricardo Alouche.

O leasing operacional, que continua disponível para os modelos MAN TGX 28.440, TGX 29.440 e TGX 29.480, inclui no pagamento mensal a manutenção completa - corretiva e preventiva - e os custos com documentação, emplacamento e IPVA.

Governo deve eliminar desoneração nas compras de autopeças

20/06/2017 – Fonte: Exame

A mudança ocorre após a Organização Mundial do Comércio (OMC) no ano passado condenar incentivos brasileiros para a indústria local



Carros: "Precisamos que a indústria brasileira de autopeças seja capaz de produzir competitivamente" (/Reprodução)

São Paulo – O Brasil deve revogar as isenções fiscais que beneficiam fabricantes de automóveis que compram peças no país, o presidente da Anfavea, Antonio Megale, nesta segunda-feira, após anos de estímulos fiscais que viraram alvos de escrutínio de órgãos de comércio exterior.

Falando a jornalistas, Megale disse que as montadoras do país não poderão mais deduzir as compras de peças de automóveis produzidas localmente da alíquota de IPI nos novos regulamentos a serem adotados no final deste ano.

"Precisamos que a indústria brasileira de autopeças seja capaz de produzir competitivamente. Se for suficientemente competitivo, será capaz de produzir tanto para o mercado local quanto para as exportações ", disse ele.

A mudança ocorre após a Organização Mundial do Comércio (OMC) no ano passado condenar incentivos brasileiros para a indústria local, que teriam prejudicaram concorrentes estrangeiros e quebrado regras comerciais.

Essa política, criada em 2011, faz parte de um amplo estímulo industrial introduzido pela presidente Dilma Rousseff, que no entanto foi insuficiente para evitar que a economia caísse na maior recessão da história, enquanto as despesas do governo aumentaram.

A Anfavea apresentará propostas para substituir esse plano, conhecido como Inovar-Auto, no fim de julho, com uma versão final do plano esperado até agosto, o Rota 2030, que manterá as demandas de conteúdo local para as montadoras no país que produzem para exportação, disse Megale.

A Megale acrescentou que as montadoras podem precisar de mais tempo para se preparar para um potencial acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, que os diplomatas esperam ser feitos em princípio até o fim do ano.

"Se tivéssemos comércio livre hoje com a União Europeia, a indústria nacional encolheria muito", disse ele.

Metalúrgicos da GM aprovam acordo de PLR

20/06/2017 – Fonte: Automotive Business



Os metalúrgicos da fábrica da General Motors em São José dos Campos (SP) aprovaram em assembleia realizada na última quarta-feira, 19, o novo acordo de PLR (participação nos lucros e resultados) que prevê o pagamento de R\$ 14.458 para cada um dos trabalhadores da unidade, valor que está condicionado à meta de produção de 49 mil veículos neste ano na unidade. Se o volume for superado, o valor poderá chegar a R\$ 18 mil. No ano passado, o acordo previa R\$ 14.100 para 100% da meta de produção.

A primeira parcela será uma antecipação no valor de R\$ 9 mil que será paga ainda neste mês, o que segundo o sindicato local, injetará o equivalente a R\$ 45 milhões na economia da região. O valor final da segunda parcela será objeto de nova negociação agendada para setembro entre o sindicato e a GM.

Todos os metalúrgicos da GM de São José dos Campos receberão a mesma PLR, inclusive os que estão em layoff. Ao todo, a unidade emprega quase 5 mil funcionários.

Em suas outras fábricas, a empresa já assinou acordos com seus sindicatos locais. Em São Caetano do Sul (SP), os metalúrgicos receberão R\$ 12 mil. Nos próximos dois anos, será aplicado um reajuste pelo INPC (inflação oficial). Em Gravataí (RS), o acordo já definiu o valor da PLR 2017 (R\$ 11 mil), 2018 (R\$ 11,5 mil) e 2019 (R\$ 12.750). Em Mogi das Cruzes e Sorocaba (SP), a GM congelou a PLR de 2016.

“No momento em que as montadoras estão rebaixando a PLR de seus trabalhadores por todo o País, os metalúrgicos de São José dos Campos pressionaram a GM e conseguiram um acordo superior a todas as outras plantas.

O sindicato conduziu as negociações amparado na tradição de luta da categoria e chegou a esse resultado vitorioso”, afirma o presidente do sindicato, Antônio Ferreira de Barros, o Macapá.

Volks vai produzir novo Polo na planta de São Bernardo

20/06/2017 – Fonte: DGABC



A Volkswagen vai confirmar nesta semana que o novo Polo será construído na planta de São Bernardo. O anúncio está programado para quinta-feira, durante reunião dos diretores da matriz da empresa, na Alemanha, com o prefeito Orlando Morando (PSDB).

O Diário já havia antecipado, em janeiro, que a empresa iria produzir carro da família Gol na fábrica do Grande ABC. À época, a informação foi confirmada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, mas ainda não se sabia qual veículo específico iria entrar na linha de produção da Via Anchieta.

O novo Polo – a sexta geração da marca – foi apresentado oficialmente na sexta-feira pela Volks alemã. A companhia não quis falar em valores e o local onde seria fabricado o modelo. No mundo, conforme a Volkswagen, 16 milhões de unidades do Polo foram vendidas anteriormente.

Morando evitou comentar especificamente sobre veículo a ser produzido em São Bernardo, mas confirmou a informação de que “haverá uma produção de novo carro” na cidade. “A Volkswagen tem a cara de São Bernardo e vamos para a Alemanha com intuito de estreitar o relacionamento. Vamos debater também a ampliação e o fortalecimento da montadora em São Bernardo. É a maior geradora de empregos da cidade.”

Atualmente, na Volks da Anchieta existem 9.163 trabalhadores. A empresa também é a maior pagadora de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) do município, além de ser vital, para a Prefeitura, na arrecadação de ISS (Imposto Sobre Serviços) direta e indireta – há uma cadeia de empresas em torno da Volks, como autopeças e serviços de transporte.

A comitiva de São Bernardo parte hoje à noite rumo à Alemanha – às 12h30, Morando transmite o cargo para o vice, Marcelo Lima (SD), que também exerce função de secretário de Serviços Urbanos. Secretários de Desenvolvimento Econômico, Hiroyuki Minami (PSDB), e de Comunicação, Thais Santiago, acompanharão o prefeito na visita à matriz da Volks, em Wolfsburg, Centro-Norte da Alemanha.

Morando relatou que esteve ontem com o presidente da empresa no Brasil, David Powels, justamente para falar sobre como o poder público pode auxiliar a montadora no momento de crise. No começo de seu mandato, o tucano esteve na planta da Via Anchieta também para se colocar à disposição.

Assim como toda cadeia automotiva, a Volkswagen sentiu os efeitos da instabilidade econômica brasileira dos últimos anos. Em 2016, por exemplo, houve abertura de PDV (Programa de Demissão Voluntária), que contou com a adesão de 1.337 profissionais. Outros 5.600 funcionários ficaram no começo do ano em regime de PPE (Programa de Proteção ao Emprego), com salários reduzidos em 10% e jornada diminuída em 20%.

Na planta da Via Anchieta, atualmente, são produzidos os modelos Saveiro e Gol – além do Jetta, que já vem pintado e é apenas montado. Nos últimos anos, em São Bernardo eram fabricados também a Kombi, o Gol G4 e o Polo.

O novo Polo seria fabricado sob o conceito de MQB, plataforma modular que permite produzir mesma base para diferentes carrocerias. Essa concepção possibilita que as unidades construídas no País possam ser vendidas pelo mundo, uma vez que o MQB elimina diferenças entre as estruturas feitas em outras partes do planeta.

Em novembro, Powels anunciou que a Volks iria investir R\$ 7 bilhões até 2020 no Brasil. O aporte se destinaria principalmente à fabricação de quatro modelos da marca no País. “As fábricas receberão investimento e serão modernizadas”, disse ele, à época, durante o Salão Internacional do Automóvel de São Paulo de 2016.

Trumpf leva à Feimafe seu conceito de fábrica inteligente – o Futuro da Indústria cada dia mais perto da realidade

20/06/2017 – Fonte: CIMM

O controle da produção na palma das mãos! Para quem pensa que a chamada Indústria 4.0 ainda é algo distante, a **TRUMPF** mostrará que esse futuro está cada dia mais próximo. A líder alemã de tecnologia apresentará na **Feimafe** o TruConnect, conceito de rede digital que permite a criação de uma fábrica inteligente *passo a passo*.

A TRUMPF mostrará esse conceito a partir das máquinas TruLaser 3030 fiber e TruMatic 1000 fiber conectadas ao sistema de controle de produção TruTops Fab. Os visitantes poderão conferir ao vivo como funciona a transmissão de informação entre máquina e sistema.

Também haverá apresentação virtual do funcionamento de uma fábrica nos moldes de Indústria 4.0. Com óculos de realidade virtual, os presentes poderão ter uma noção dos processos de uma fábrica do futuro.

A conectividade apresentada na FEIMAFE usará o TruTops Fab, um sistema desenvolvido pela TRUMPF especialmente para controle de processos de produção. Com ele, é possível acompanhar de perto o trabalho da máquina, a qualquer momento e em qualquer lugar, a partir do smartphone ou tablet (disponível apenas para iOS).

Entre as funcionalidades do TruTops Fab, a TRUMPF mostrará o TruTops Monitor, que captura e analisa os dados das máquinas, como programas executados, tempo de execução dos programas, mensagens de erro, causas de falhas, pausas e períodos de manutenção. Ele funciona em todos os locais de produção. Com ele, é possível agir instantaneamente em caso de problemas, ajudando a reduzir tempos de parada da máquina.

TruConnect: conectado à nova era da produtividade

Componente chave do TruConnect, o Central Link é uma importante novidade para entrada no mundo da Indústria 4.0. É a interface de saída de dados Central Link que fornece informações sobre o status de produção das máquinas. Os clientes podem usá-lo para integrar facilmente aplicações web, plataformas e - com o protocolo de comunicação OPC UA - também sistemas locais.

O Central Link é a base para uma maior transparência no controle de produção e planejamento de plantas. Ele transmite informações de status de produção para sistemas ERP locais e também, com alta segurança de dados, para soluções baseadas em nuvem - por exemplo, para a plataforma de negócios AXOOM do Grupo TRUMPF.

O Central Link funciona em diferentes tipos de máquinas e tecnologias. Esta nova solução baseada na Web fornece informações relevantes em tempo real sobre o estado de todos os dispositivos conectados via PC, tablet ou smartphone e apresenta dados a respeito da produtividade da máquina em particular.

Com a interface de saída de dados Central Link, os clientes podem facilmente integrar aplicações web, plataformas e com o protocolo de comunicação sistemas locais OPC UA também.

TruConnect combina pessoas, máquinas, software e serviços, proporcionando alavancagem contra perda de tempo ou planejamento excessivamente complexo.